



Universidade de Brasília

Curso de Gestão de Políticas Públicas

Gabriela Moreira de Oliveira

**A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:
ADOLESCENTES EM MOVIMENTO PELOS SEUS DIREITOS**

Brasília – DF

2016

Gabriela Moreira de Oliveira

**A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO:
ADOLESCENTES EM MOVIMENTO PELOS SEUS DIREITOS**

Projeto de Residência em Políticas Públicas a ser apresentado como trabalho final da disciplina de “Metodologia Científica Aplicada à Gestão de Políticas Públicas”.

Professora Orientadora:

Graziela Teixeira

Professora Co-orientadora: Érica
Maia Arruda

Brasília – DF

2016

Dedico este trabalho aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que este estudo possa ser um vetor para novas possibilidades de ressocialização com base nas discussões dos direitos humanos e políticas públicas, pelos adolescentes. Dedico este trabalho àqueles meninos e meninas que nunca tiveram a oportunidade de discutir assuntos pertinentes as problemáticas sociais. Dedico este trabalho aos internos e egressos do sistema socioeducativo que a partir do conhecimento de seus direitos se tornaram protagonistas de um mundo com menos desigualdades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por guiar meu caminho e ser sempre da minha motivação. Agradeço a minha mãe Carmelita por ser meu porto seguro e por toda ajuda na conclusão deste trabalho. Agradeço ao meu namorado Dimitri pelo apoio e compreensão durante este período. Agradeço aos meus avós pelos valores ensinados a duas gerações que nos sustentam nos pilares da justiça e humildade.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que me ajudaram com algumas observações sobre esta pesquisa. Agradeço ao meu colega Vitarque pela sugestão de título. Agradeço aos amigos e familiares que me prestigiaram na apresentação deste trabalho.

Agradeço aos meus professores do curso de Gestão de Políticas Públicas que sempre despertaram em mim o desejo do saber.

Agradeço a Coordenadora do Projeto Onda, Márcia Aciolli pela recepção e carinho no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço aos meus entrevistados da Secretaria da Criança: Tatiana, Perla e ao Secretário de Estado Aurélio pela disposição e atenção. Agradeço as meninas socioeducandas participantes do Projeto Onda pela cooperação e carinho.

Gostaria de agradecer a minha querida professora Suylan por ter feito esse projeto acontecer, pela paciência e dedicação ao meu trabalho. Agradeço a minha orientadora Graziela que aceitou o desafio de me orientar. Por último, agradeço a doce Érica Arruda por ter caído do céu durante a pesquisa deste trabalho e ter me auxiliado mesmo distante na conclusão deste.

*Nenhuma disciplina parece ser motivo de alegria no momento, mas sim de tristeza. Mais tarde, porém, produz fruto de justiça e paz para aqueles que por ela se deixaram aprender. (Hebreus **12:11**)*

RESUMO

O estudo a seguir buscou analisar como o Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc, em parceria com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, tem sido capaz de estimular o protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal. Para isso, a discussão conceitual abrangeu os seguintes assuntos: Análise de Políticas Públicas; Parceria entre ONGs e o Estado; e Medidas socioeducativas (contexto histórico, Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo). A coleta de dados foi realizada por meio de uma imersão promovida pela residência em políticas públicas, que é uma das modalidades de Trabalho de Conclusão do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB). Foram utilizados como procedimentos metodológicos observação participante, análise documental e entrevistas individuais semiestruturadas. Os resultados obtidos a partir dos objetivos específicos apontam que as atividades socioeducativas promovidas pelo Projeto Onda dão grande respaldo às ações que levam ao protagonismo dos jovens da Unidade de Internação de Santa Maria, bem como foi identificado que o projeto possibilitou aos adolescentes desenvolverem protagonismo relativo a diversos assuntos sobre direitos humanos e políticas públicas. Constata-se ainda que, apesar de informal, a parceria entre o Inesc e as Instituições de governo responsáveis pelas medidas socioeducativas vem sendo bem-sucedida.

LISTA DE ABREVIATURAS RECORRENTES NO TRABALHO

CF– Constituição Federal

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

ONGs – Organizações não Governamentais

Secriança – Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UIPP – Unidade de Internação do Plano Piloto

UISM – Unidade de Internação de Santa Maria

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: lista de entrevistados.....	14
Quadro 2: Instrumento de análise da Parceria entre Estado e ONG com base nas entrevistas.....	41

SUMÁRIO

1	Introdução	8
1.1	Apresentação das Organizações	10
1.1.1	Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)	10
1.1.1.1	Projeto Onda	11
1.1.2	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude	13
1.1.3	Secretaria de Estado e Educação	14
2	Referencial Teórico	16
2.1	Ação pública e políticas públicas.....	16
2.2	Parceria entre ONGs e Estado.....	18
2.3	Medidas Socioeducativas.....	22
2.3.1	Contexto Histórico	23
2.3.1	Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.....	25
2.3.2	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE	26
3	Procedimentos Metodológicos	29
4	Diagnóstico da Política Pública	33
4.1	Oficinas UISM	33
4.2	Projeto Onda e a experiência de Santa Maria	37
4.3	Protagonismo juvenil na Unidade de Atendimento de Santa Maria	38
4.4	Parceria entre ONG e Estado.....	40
5	Considerações Finais.....	46
6	Referências	48
7	Anexos	52
8	Apêndice	68

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as ações do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) junto à Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), tendo como referência a parceria entre essa Organização não Governamental (ONG) e as secretarias da Criança e da Educação do Governo do Distrito Federal, no esforço (desses atores) para a efetivação de medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tenham impacto positivo na ressocialização e reintegração desses jovens em conflito com a lei.

Durante três meses, foi realizada uma imersão no Projeto Onda, executado pelo Inesc, na Unidade de Internação de Santa Maria, com o intuito de compreender as ações da Organização não Governamental (ONG) que objetiva a mudança da visão de mundo das adolescentes internadas na unidade, com vista na ressocialização através do empoderamento do protagonismo juvenil.

A escolha do Inesc como local da pesquisa de campo se justifica pela atividade socioeducativa ser realizada junto à UISM. Nesse contexto, a unidade de análise desta pesquisa são as oficinas do Projeto Onda realizadas na Unidade de Internação de Santa Maria. O foco das ações desenvolvidas nas referidas oficinas será um dos aspectos trabalhados neste estudo.

No Brasil, a proteção dos direitos das crianças e adolescentes foi assegurada a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, baseada em um discurso inovador sobre a proteção desses jovens, adotando a Doutrina da Proteção Integral em contraposição à ideologia defendida no Código de Menor anterior vigente.

O ECA veio atender os direitos garantidos na CF para as crianças e adolescentes, criando uma série de diretrizes a serem seguidas pelos diversos órgãos e instituições que trabalham com esse público. Em 2006, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que teve a finalidade de regulamentar o atendimento aplicado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas referentes a prática de atos infracionais.

Tendo em vista que as formas de auxílio das ONGs ao Estado têm previsão expressa no ECA, esta pesquisa busca focar na proposta de projeto do Inesc sobre a aplicação das políticas públicas que envolvem medidas socioeducativas, mesmo que se trate de um trabalho realizado em menor escala quando se compara a uma política pública universal, porquanto contribui de forma relevante para a efetivação da cidadania dos adolescentes.

A pesquisa dos dados para alimentar o trabalho tem como foco principal a verificação da influência do projeto na ressocialização do jovem, através de uma análise qualitativa. Nesse contexto, a pergunta da pesquisa é: **Como o Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc, em parceria com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, tem sido capaz de estimular o protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal.**

Para fins deste trabalho, entende-se por protagonismo o empoderamento do discurso pelos adolescentes, possibilitado pelas oficinas do Projeto Onda. Além disso, é importante esclarecer que por instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas serão considerados neste estudo a Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude, a Secretaria de Educação e a Unidade de Internação de Santa Maria.

Dessa forma, o trabalho tem como objetivo central investigar se o Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc, em parceria com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, tem sido capaz de estimular o protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal.

Além disso, este trabalho tem como objetivos específicos:

- ❖ Mapear as principais ações socioeducativas do projeto Onda realizadas na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria,
- ❖ Averiguar se as ações do Projeto Onda têm sido eficazes com relação ao protagonismo juvenil dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal;

- ❖ Investigar como vem sendo a parceria do Inesc com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, no que se refere às medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei.

Considerando que o desenvolvimento deste estudo foi possível pela imersão nas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), é preciso considerar e analisar o histórico dessa instituição e de seus serviços prestados à sociedade, para que depois seja explicada sua contribuição com a política investigada.

Antes, no entanto, é preciso lembrar que este trabalho é direcionado para o estudo do Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc em parceria com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas. O INESC, nessa relação, funciona como agente de estímulo ao protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, no Distrito Federal.

1.1 APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A seguir serão apresentadas as organizações trabalhadas neste estudo que incluem o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), bem como as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas como a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (Secriança).

1.1.1 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC)

O Inesc é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada em 1979 para atuar em duas principais linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas.

Em suas ações (publicações e intervenções sociais) faz uso do instrumental orçamentário como eixo principal do fortalecimento e da promoção da cidadania, com o objetivo de estimular o debate público e a construção de um novo conceito de cidadania que englobe a ampliação da participação pública, da responsabilidade e da solidariedade social, para que se tenha a superação da pobreza e das desigualdades sociais, tendo por base, ainda, a reafirmação do conceito de Direitos Humanos

(políticos e civis), Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais. (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2015).

Desde 1991, o Inesc acompanha o Orçamento público como instrumento estratégico que possibilita observar as prioridades políticas. O Orçamento e seu processo indicam a intenção do governo à promoção, ou não, de direitos. O Inesc sistematiza o ensino de Orçamento e Direito, o que gera mudanças e fortalece vários grupos que antes estavam na margem das relações políticas e de poder, e dessa forma, busca gerar um mundo menos desigual e mais justo. Desde 1992 atua no acompanhamento de políticas destinadas à criança e ao adolescente, com o objetivo de garantir o cumprimento do ECA junto ao Congresso Nacional e participando de debates e mobilizações importantes.

1.1.1.1 PROJETO ONDA

O contexto histórico da criação desse projeto se deu a partir de um programa para a União Europeia, feito pelo Inesc, que a proposta era trabalhar com uma metodologia que articulasse direitos humanos e orçamento público.

O desafio era trabalhar na criação dessa metodologia e aplicá-la em suas análises de políticas públicas, ao mesmo tempo em que este projeto era concretizado à rede pública de educação.

O Projeto, desde a sua criação, foi muito bem recebido pelos adolescentes e teve desde seu início impactos importantes, como a aprovação de uma proposta de emenda ao Orçamento do Distrito Federal no valor dois milhões de reais. Esse projeto foi possível por meio da metodologia de orçamento e Direito, e do Método Paulo Freire por uma consciência cidadã. Esse êxito fez com que o projeto fosse usado como exemplo na Agência Britânica de cooperação, Christian Aid.

O Inesc recebeu dois prêmios nacionais concedidos pela Fundação Banco do Brasil e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Banco Itaú, e um prêmio internacional concedido pela 9ª Bienal Internacional do Rádio, no México, todos esses referentes ao Projeto Onda.

O objetivo do projeto Onda é assegurar o envolvimento de jovens na discussão sobre “direito e cidadania, observando como se relacionam com o orçamento público”

(ACIOLLI, 2013, p. 8). Dessa forma, é fortalecida a capacidade de atuação dos jovens no monitoramento das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes e na conquista de seus direitos (ACIOLLI, 2013).

No contexto de grande debate sobre participação de crianças e de adolescentes nos cenários políticos e de novas iniciativas de mobilização pelos direitos, em 2007, nasce o que viria a ser o Projeto Onda – adolescentes em movimento pelos direitos. As ações desse projeto são fundamentadas pelos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e da Declaração dos Direitos Humanos. (ACIOLLI, 2013, p. 13)

O Público beneficiário deste projeto são as crianças e adolescentes de escolas públicas e de unidades de internação. Os atores envolvidos são a Secretária de Educação, O Unicef, a Fundação Banco do Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o *Departamento for international development*, a *Cristian Aid* e a *Nowegian Church Aid*.

Em 2007 deu-se início ao primeiro ano do projeto. Essa experiência, primeiramente, foi voltada a três escolas públicas do DF: O Centro de Ensino Médio da Asa Norte (Cean), com participação de dezoito adolescentes entre 15 e 19 anos; A Escola Classe 17, em Taguatinga, com participação de trinta e seis crianças com idades entre 10 e 12 anos; e o Centro Educacional 4, no Guará, com participação de vinte adolescentes.

Essas oficinas foram desenvolvidas com abordagem da arte-educação, da educação popular e da educomunicação. Partindo dessa orientação, os temas das oficinas tiveram como foco cinco assuntos principais: Cidadania e Sujeito de Direito; Estado, Poder e Democracia; Orçamento Público; Priorização no Orçamento Público e Participação no Processo Decisório; e Comunicação, Protagonismo e Mobilização. Como resultado desses debates, os adolescentes das escolas do Guará e da Asa Norte participaram de uma audiência pública composta por assessores parlamentares e dois alunos das escolas.

Desde então o projeto cresceu bastante a cada ano e em 2011, o grupo dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade da Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP) foram adicionados ao projeto.

Com relação aos jovens socioeducandos da UIPP houve um grande desafio em envolver esse público na discussão sobre reforma política.

Foi a primeira vez que esse público teve contato com conceitos como direito, igualdade e justiça social. Com o desenrolar dos trabalhos os/as jovens antes desconfiados e tímidos passaram a debater e ficaram agradecidos pela oportunidade de desenvolver novos olhares sobre a sociedade. O processo foi finalizado com a gravação de um programa de rádio que, escrito, interpretado e gravado por eles/as, foi veiculado na EBN- Rádio Amazonas. Depois de melhor trabalhado e regravado, o programa foi enviado para a 9ª Bienal Internacional do Rádio, no México. Intitulado Liberdade é Oportunidade, o programa, que tratou do preconceito da grande mídia em relação aos adolescentes em conflito com a lei e às desigualdades sociais, conquistou o 3º lugar entre oitocentos inscritos. (Livro: Projeto Onda: Adolescentes em Movimento pelos Direitos. 2013, p. 42)

Ainda em 2012, o projeto participou de dois eventos de formação, tendo como organizadores o prêmio Itaú- Unicef. Em um deles foi apresentada a experiência junto aos jovens internos da UIPP. Aconteceu também o Seminário Direitos em Pauta: Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei, desenvolvido pela Andi, sobre o papel da mídia em relação ao tratamento dos adolescentes em conflito com a lei. Os jovens internos tiveram a oportunidade de expressar suas ideias. Esse seminário contou com a presença de cinco adolescentes da UIPP.

O principal acontecimento do ano de 2013 no Projeto Onda foi o convite da Unicef para o diálogo com representantes da ONU com a finalidade de contribuir para a eleição dos temas que comporiam os Objetivos do Milênio (ODM), visando assegurar uma melhor qualidade de vida para a humanidade. Além disso, aconteceu a adesão de adolescentes do projeto na Jornada Nacional de Lutas da Juventude Brasileira, onde eles coletaram mais de duzentas assinaturas em favor do projeto de Lei de Iniciativa Popular Reforma Política, contribuindo para a mobilização por mais participação popular.

A seguir serão apresentadas as instituições do governo do DF que são responsáveis pela gestão das medidas socioeducativas.

1.1.2 SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude foi criada em janeiro de 2011, e ampliada em 2015 ao incorporar a Subsecretaria da Juventude. Assegurada pelo ECA, essa secretaria visa sustentar a completude das condições indispensáveis aos jovens garantidos na Constituição Federal de 1988. É responsável pelas políticas públicas voltadas ao cumprimento das medidas

socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, além de ser encarregada dos Conselhos Tutelares.

Para esse fim, mantém contato com instituições que têm ligação direta com o assunto, como o Ministério Público; a Vara da Infância e da Juventude (VIJ); a Defensoria Pública; as secretarias de Educação, de Saúde e de Desenvolvimento Humano e Social; a Polícia Civil; o Sistema S, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).

Possui várias subdivisões, sendo a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – Subsistema – responsável pela execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação, ademais a efetivação dos serviços de Internação Provisória e Medida Cautelar, aplicadas antes da sentença aos adolescentes acusados de cometimento de ato infracional, também é de responsabilidade da referida subsecretaria. (CRIANÇA DF, SUBSIS). Além do mais, está cuidando da coordenação de políticas referentes à articulação interinstitucional e intersetorial das políticas integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), organizando dessa forma, todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

1.1.3 SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO

Tem por função garantir educação pública, gratuita e democrática, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência ao longo do percurso escolar dos estudantes. Foi unida à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e tem por objetivo desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar as políticas públicas voltadas à área de educação, esporte e lazer no Distrito Federal, cuidando dos programas, projetos, e ações necessárias à execução dessas políticas. A SEEDF compreende a educação a partir de uma perspectiva voltada aos direitos humanos e que integre os indivíduos à vida social, econômica e política.

A partir de 2015, foram implantadas no âmbito desta entidade as Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação, tornando o DF a primeira Unidade

da Federação a ter um plano de prática pedagógica nas unidades de internação socioeducativas e internação cautelar.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos: a introdução, que retrata o que será abordado no trabalho; o referencial teórico, que oferece um suporte conceitual para a análise da política pública utilizada nesta pesquisa; o procedimento metodológico, que descreve como a análise da política pública foi realizada; o diagnóstico da política pública, em que são relacionados os pontos problemáticos da política pública e as suas possíveis soluções; e, por fim, as considerações finais nas quais são explicitadas as reflexões acerca do diagnóstico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte do relatório serão abordados conceitualmente os seguintes temas: Ação pública e Políticas Públicas; Parceria entre ONGs e Estado; e Medidas Socioeducativas.

2.1 AÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A abordagem utilizada para a compreensão das políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei será de acordo com a visão de Pierre Muller (2002) sobre o assunto em questão.

A ação pública, de acordo com Pierre Muller, é a forma de percepção da legitimidade do Estado através das lógicas implementadas nas diferentes formas de intervenção sobre a sociedade. É, em suas palavras, "... identificar os modos de relação existentes entre atores públicos e privados e em compreender como a ação pública recobre as dinâmicas imprecisas e evolutivas da fronteira entre Estado e sociedade." (MULLER, 2002, P. 7)

Erica Arruda, em sua dissertação de mestrado "A política Pública de atendimento socioeducativo: o caso do Distrito Federal" (2013), entende que o autor acima mencionado utiliza uma análise para a compreensão das políticas públicas além do contexto histórico envolvendo a representação de ideias e crenças sociais, a partir de um olhar sociológico.

Para se entender o que é uma política pública, é necessário lembrar as três definições do termo política: A primeira, que engloba a "*polity*", onde se distingue o mundo da política e a sociedade civil; a segunda - que se refere a "*politics*", que consiste na atividade política, na qual os movimentos e debates acontecem: e a terceira, denominada "*policy*" - que será o termo adotado neste trabalho - a qual significa "o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos, coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos." (MULLER, 2002, p. 7).

Uma política pública, de acordo com Muller (2002), não se define através da determinação de ministérios ou secretarias de governo, pois, na maioria das vezes, há vários setores do Estado e da sociedade que participam daquela política pública, como por exemplo, os setores responsáveis pelas medidas socioeducativas que abrangem desde a secretária da criança até a secretária de segurança pública, além das áreas da saúde, educação e assistência social. Dessa forma, torna-se interessante a reflexão sobre os mecanismos de construção da ação pública nesses setores.

Isto significa que a análise de uma política pública deverá levar em conta o fato de que a existência ou não da política constitui um desafio para os atores que, de acordo com a sua posição, tenderão a sobrevalorizar a racionalidade da própria ação ou, ao contrário, a colocar em causa a coerência, até a existência, da ação governamental. (MULLER, 2002, p. 12).

De acordo com o autor, uma fórmula de entender e solucionar o “*gap*” de informações do processo da política pública é, primeiramente, tomar consciência do caráter normativo de todo programa de ação pública, ou seja, as políticas governamentais se definem anteriormente com o conjunto de objetivos a se atingir. Esses objetivos podem estar explícitos ou implícitos nas leis e documentos oficiais.

Porém, muitas vezes, os fins governamentais podem ser ambíguos, e, nesse caso, segundo Muller, “ Simplesmente, este sentido não é de forma alguma unívoco, porque a realidade do mundo é, ela mesma, contraditória, o que significa que os tomadores de decisão são condenados a perseguir objetivos em si mesmos contraditórios” (MULLER, 2002, p. 20).

Desta forma, para entender uma política pública, é necessário considerar indivíduos, grupos ou organizações cuja posição é afetada pela ação do Estado num espaço dado. (MULLER, 2002).

A concepção de público representa uma modalidade peculiar dos beneficiários de determinada política, sendo esse conjunto de atores os envolvidos na elaboração ou implementação de uma política. Nesse contexto, são identificados problemas que remetem ao grau de participação destes beneficiários: a forma e a intensidade desta participação. (MULLER, 2002).

Geralmente, diferentes atores têm diferentes formas de interpretar o cenário em que estão envolvidos e, dependendo de suas peculiaridades, exercem diversas formas de pressão na indução e elaboração de leis sobre determinado assunto, bem como na forma de implementação das políticas públicas delas derivadas, podendo ocasionar um indesejado distanciamento entre a elaboração da política e a maneira com que essa é executada. Assim, nem sempre os sujeitos que protagonizam a ação pública que lhes é direcionada têm seus interesses como foco direto dessa ação, que será determinada pelo personagem que detiver maior influência na participação do cenário social.

Como exemplo de forma e intensidade da participação, temos o caso das políticas de atendimento socioeducativo, onde não há comparação entre a influência da mídia e a dos internos do sistema socioeducativo: o primeiro tem um peso muito maior na execução das políticas do que o outro. Nesse caso, a mídia era a voz da sociedade que se preocupa apenas com o caráter punitivo das sanções aplicadas aos menores, e não com a sua ressocialização, a qual se caracteriza como o interesse preponderante dos jovens infratores. Tais qualidades, inerentes às medidas socioeducativas, não se mostram necessariamente antagônicas entre si. Mas muitas vezes o desejo de punir o infrator desvia o foco daquele que deveria ser o interesse primordial da medida (a qual beneficia – direta e/ou indiretamente - todos os atores envolvidos, embora nem sempre todos esses tenham consciência disso) e, a fim de corrigir essas distorções, buscam-se novas alternativas ao sistema vigente, notoriamente deficiente à finalidade a que se propõe, como o trabalho conjunto entre o ente estatal e membros da sociedade civil, objeto do presente estudo. (ACIOLLI, 2013).

Sendo o objeto desse trabalho as ações do Projeto Social Onda, desenvolvido pela ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), serão tecidas considerações teóricas sobre o papel do terceiro setor nas políticas públicas.

2.2 PARCERIA ENTRE ONGS E ESTADO

A partir dos anos de 1970, as organizações chamadas de terceiro setor começam a ganhar uma maior notoriedade na economia, tendo como principal propulsor a crise do Estado do Bem-Estar Social. Esse período foi marcado por

intensas mudanças e uma gradual transformação do papel do Estado. É nesse cenário que os diversos atores sociais passam a se organizar para reduzir as carências sociais. Essa dinâmica foi influenciada, principalmente, pelos discursos do aumento da eficiência e eficácia da atuação do Estado, baseada na reestruturação de sua intervenção e redução de seus papéis. (ABDALA; ASSIS; SANTOS, 2012).

As Organizações não-Governamentais (ONGs) são atores importantes, tendo em vista a sua agilidade no apoio às iniciativas populares e a sua rápida provisão de crédito e informações técnicas, auxiliando, dessa forma, nas decisões apropriadas e coerentes. (KISIL, 1997)

A parceria entre ONG-ESTADO tem sido considerada estratégica no desenvolvimento socioeconômico, considerando que para as ONGs pode ser uma oportunidade de ampliação de sua área de influência junto a Administração Pública. Já para o Estado, é uma oportunidade de ampliar alternativas de implementação de projetos ou serviços públicos.

Devido a esses fatores, há um crescimento na visibilidade das organizações do terceiro setor perante os entes do Estado, e, de igual modo, um crescimento do interesse desse setor em trabalhar junto ao Estado e é, dessa forma, que se dá o início das chamadas parcerias entre eles. (CKAGNAZAROFF; MOTA; PORTUGAL, 2005).

Do ponto-de-vista neoliberal, a parceria é considerada como uma alternativa para a prestação de serviços públicos sob a responsabilidade do Estado. Para alguns autores de esquerda, a parceria pode ser uma estratégia de terceirização por parte do Estado. Em relação às ONG's, é possível verificar, na literatura, uma posição que considera a parceria como algo nocivo às mesmas, que pode afetar sua capacidade de crítica, cobrança e controle em relação ao Estado. Há uma outra posição que vê a parceria como uma oportunidade da ONG ampliar sua área de atuação e, ao mesmo tempo, influenciar os processos de elaboração de políticas públicas. (CKAGNAZAROFF; MOTA; PORTUGAL, 2005, p.2).

Ademais, algumas questões como a falta de prestação de contas e a não representatividade são vistas como dificuldades para gerir essas parcerias. Abdala (2012) questiona o interesse de algumas dessas organizações, apenas, no recurso recebido e não na concretização dos objetivos públicos.

Com a promulgação da lei nº 9.790, de 1999, são criadas as OSCIP'S e, com isso, é possível instituir o regime do termo de parceria. A partir deste marco, essas organizações podem realizar parcerias e obter recursos do Estado, cumprindo uma série de exigências. (RESENDE, 2003). Devido ao excesso de exigências da lei, algumas de suas regras tornam-se inaplicáveis na prática, dificultando a execução de parcerias por parte do terceiro setor.

Além disso, essa relação pode-se tornar problemática quando se estabelece uma dependência entre a Organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP) e o governo. Essa relação pode impedir a organização de pressionar e cobrar do Estado ações para implementação de políticas públicas relacionadas a sua atividade. No tocante à ação do Estado, o uso dessa parceria implica em problemas como terceirização de serviços. (CKAGNAZAROFF; MOTA; PORTUGAL, 2005).

Entretanto, apesar das críticas com relação à parceria entre as ONGs e o Estado, a medida apresenta aspectos mais positivos do que negativos. Uma grande vantagem dessa participação é a influência daquele setor no processo de elaboração das políticas públicas.

Os projetos realizados pelas ONG's focam em duas perspectivas: o apoio a cooperativas através de grupos de produção e geração de renda, e o apoio ao desenvolvimento da cidadania e do fortalecimento da autonomia de grupos da sociedade. (BOSH, 1997)

De acordo com Costa e Carneiro (2002), é notável a preocupação do Estado com a recomposição e a descentralização das políticas, apresentado como exemplo o ECA, que promove a gestão da lei através de parceria entre entes não-governamentais e governamentais.

Um fator instigante ao envolvimento de ONGS em políticas governamentais é a perspectiva do que a ONG gostaria de fazer e o que de fato ela pode fazer. (NOLETO, 2001).

O contexto da relação entre ONG's e o Estado se dá pelo poder de influência que cada ator terá no comportamento do outro. Segundo Hulme e Edwards (1997), há duas dimensões a serem analisadas na relação entre estes. A primeira visa o objetivo

particular que desejam atingir através da associação, que pode se dar através de objetivos explícitos ou ocultos. A segunda dimensão refere-se às formas utilizadas para um ator controlar o outro.

Eles podem variar desde a persuasão pelo argumento, através de oferta de incentivos financeiros, até a coerção direta. Esses mecanismos podem ser formais (transferências financeiras, contratos, relatórios e registros) ou informais (fluxos de informação, troca de staff, seminários, discussões, paternalismo). (CKAGNAZAROFF; MOTA; PORTUGAL, 2005, p.5).

Com relação à parceria desses atores, Lewis (2001) aponta três estratégias que as ONGs utilizam. Na primeira estratégia, por meio do low profile, elas procuram se manter afastadas e pouco representativas, através da prestação de serviço com o reconhecimento por parte do governo. A segunda estratégia é o estabelecimento de colaboração individual com certas pessoas do governo ou de um setor específico, havendo apoio formal ou não. Essa estratégia pode ter o seu gargalo na inconsciência na elaboração e implementação de políticas públicas. A terceira estratégia é a pressão das organizações para influenciar o governo em determinado assunto de interesse coletivo, o chamado advocacy.

Com relação ao Estado, Lewis (2001) fala que esse pode abordar quatro estratégias em sua relação com as ONGs. Essas estratégias se dividem em monitoramento, distribuição das atividades, associação e rescisão. As duas últimas se referem à estratégia do governo em distanciar as organizações das atividades que consideram ameaçadoras e aproximá-las daquelas que o governo deseja; a última vem a ser os meios que o Estado têm para estabelecer o controle de aprovação ou não das atividades das ONGs.

O termo parceria é entendido por Lewis (2001) como o pacto organizado através de diversos comprometimentos de duas ou mais organizações em um projeto de desenvolvimento, normalmente, envolvendo trâmites formais de responsabilidade.

Segundo Senn (1992) pode-se discutir três modelos de relação de parceria: a falta de cooperação, em que a gerência é apenas de responsabilidade de uma das partes; cooperação forçada, quando acontece uma iniciativa que faça com que a outra parte venha a se voluntariar a trabalhar em conjunto; e cooperação estratégica, em

que a parceria ocorre por vontade de ambas as partes em conquistar objetivos comuns.

Outra definição sugerida por Lewis (2001) é a tipificação de aspectos ativos e passivos ao que se refere à parceria. A parceria ativa ocorre quando os papéis dos atores, mesmo com uma anuência, podem ser reavaliadas quando necessário. Nessa perspectiva, o enfrentamento de falhas é muito eficiente, dada a discussão aberta entre os atores. Já a passiva é caracterizada por sua instrumentalidade através de um controle *top down* e hierárquico por parte do governo em que os propósitos não estão bem estabelecidos e não há abertura para discussão entre os atores.

Fatores externos - como o ritmo de trabalho entre as organizações, muitas vezes impedem o funcionário de se concentrar adequadamente nas ações da parceria. Para o sucesso das ações estipuladas, algumas vezes torna-se interessante a reestruturação de uma equipe da instituição do governo para o encargo da execução dos objetivos estabelecidos. (BROOKE, 1989).

Para se ter uma parceria bem-sucedida, é importante preocupar-se com a qualidade do trabalho das pessoas envolvidas e com fortalecimento da comunicação entre os diversos níveis organizacionais das instituições envolvidas. (OHMAE, 1989).

No tópico seguinte serão abordados o histórico e as leis que regulamentam as medidas socioeducativas no Brasil.

2.3 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A Constituição Federal de 1988 adotou uma nova concepção a respeito da proteção às crianças e aos adolescentes, consubstanciada na Doutrina da Proteção Integral, em contraposição à Doutrina da situação irregular, adotada, até então, no Código de Menores que não foi recepcionado pela nova ordem constitucional.

No Brasil, com relação ao atendimento socioeducativo do jovem em conflito com a lei, há uma prevalência de uma cultura repressiva e violenta que contraria as determinações previstas no ECA. De acordo com Paiva (2007), a cúpula governamental acredita em soluções repressivas que se refletem na disposição da política pública elaborada para esse grupo de adolescentes em conflito com a lei. A

autora também analisa que, para o êxito das políticas ressocializadoras, é preciso um olhar diferenciado para esse público, objetivando um trabalho de inclusão das famílias e uma inserção social cautelosa. Para isso são necessárias mudanças dos paradigmas dominantes na sociedade sobre esse público.

Um dos pontos discutidos por Abad (2003) com relação ao insucesso das políticas públicas voltadas para os jovens é a existência de um caráter “apolítico”, onde há uma abrangência de interpretações burocráticas que não incluem o adolescente enquanto protagonista dotado de legitimidade política para debater assuntos de seu interesse.

2.3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Data do século XVIII a criação de um sistema social de controle denominado Tribunal de Menores, surgindo, dessa forma, a teoria da Doutrina da Situação Irregular, que defendia que os problemas sociais eram capazes de ser curados a partir de um “saneamento social” de pessoas consideradas malquistas pela sociedade. (MEDEZ, 1994). Nesse período, os únicos aptos a solucionar esses tipos de problemas eram as leis e os juízes de direito.

O histórico da evolução legislativa relacionado ao amparo da infância e juventude no Brasil se inicia basicamente no século XX. Nesse período, seguindo a lógica da Doutrina da Situação Irregular, os menores abandonados eram tratados da mesma forma que os delinquentes. A Igreja era a principal responsável pela infância desvalida, e essas ações eram caracterizadas pelo assistencialismo e filantropia mediante as chamadas “Santas Casas de Misericórdia”, que formavam um conjunto de obras de benemerência, com que o país enfrentava a chamada questão do menor (ACIOLLI, 2013).

O ano de 1927 foi marcado pela primeira legislação específica sobre a infância, o Código de Menores, instituído pelo Decreto nº 5.983 de 01 de dezembro de 1926, que introduziu a questão menorista como um todo em seu escopo. (ARRUDA, 2013).

Já na década de 1950, o menor foi considerado como objeto de políticas públicas e não mais como um objeto de direito, onde se reproduziu uma visão discriminatória do mesmo. (MENDEZ, 1994).

A segunda legislação específica, conhecida como Código Militar de Menores, nasceu em 1979, com a Lei 6.697, de 12 de outubro de 1979, ficou marcado como uma Doutrina Intermediária da situação Irregular, na concepção de Custódio (2007), em que os menores eram reconhecidos como sujeitos de direitos se fossem encontrados em situação de patologia social.

A nova lei outorgava aos juízes um poder quase que absoluto, em que o menor se submetia a um processo em que a verdade material se sobrepunha aos direitos da pessoa humana, colocando o jovem como mero objeto da análise investigatória, não sendo obrigatória a participação de um advogado. Para o menor em desvio de conduta ou autor de infração penal dava-se o mesmo tratamento, poderiam ser internados em estabelecimento adequado até que o Juiz de Menores em despacho fundamentado determinasse o seu desligamento institucional [...] O Código de 1979 também dispunha sobre a reavaliação periodicamente, com intervalo máximo de dois anos para verificação da necessidade de manutenção da medida, não havendo prazo fixo para essa reclusão, podendo o menor ficar recluso indefinidamente, semelhante a uma prisão perpétua. (ARRUDA, 2013, p.35).

Com a aprovação da Convenção Internacional do Direito da Criança, em 1989, a ONU incrementou um novo discurso sobre a Doutrina da Proteção Integral que gerou uma grande mudança na reflexão social da infância, transformando o jovem de objeto em sujeito de direito e assegurando-lhe uma série de direitos e liberdades que deveriam ser tutelados pelos Estados. Essa nova forma de pensar a criança exerceu grande influência nos legisladores dos países imersos pela ideologia dos direitos humanos. (ARRUDA, 2013).

No processo de discussão do tema da infância, foram organizados dois grupos de pressão: os menoristas e os estatutistas. Os menoristas argumentavam a favor da manutenção do Código de Menores, que adotava a Doutrina da situação Irregular. Os estatutistas defendiam a ideia da Doutrina da Proteção Integral, em que os jovens passariam de meros objetos para sujeito de direitos.

Com uma melhor articulação dos estatutistas, foi concretizada a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o novo código a ser aplicado aos antigos “menores”. Esse conferiu uma melhor transparência e controle das ações e dos processos que envolvem os jovens. (ARRUDA, 2013). “A partir do ECA, os adolescentes que praticarem atos infracionais só poderão ser julgados e a eles aplicada medida socioeducativa se a lei fizer previsão expressa da adequação do fato praticado à penalidade imposta” (ARRUDA, 2013, p. 40).

2.3.1 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA

Com a implementação do estatuto, algumas mudanças (como a descentralização político-administrativa do Estado junto à atuação em rede de atendimento com a participação e co-gestão da sociedade civil) foram instituídas sem oposição à antiga estrutura hierárquica e centralizadora do regime anterior. A partir daí, temos previsão da criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e o Conselho Tutelar, que oferece a possibilidade do controle das ações do município relacionadas à área da infância e a da adolescência.

Graças ao ECA, foi também instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que oferece recursos para executar os programas desenvolvidos. (ARRUDA, 2013). “Os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos, o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público são os novos aliados, para a concretização e fiscalização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGD.” (ARRUDA, 2013, p.42).

O ECA foi consolidado como uma proposta socioeducativa, considerando a natureza de desenvolvimento dos jovens e se opondo à concepção assistencialista composta na lei anterior.

O Estatuto foi dividido em dois livros: o da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento; e a regulamentação dos órgãos e procedimentos protetivos. No segundo livro, encontra-se a política de atendimento, as medidas de proteção, a prática de ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, o Conselho tutelar, o acesso à Justiça e os crimes cometidos contra a criança e ao adolescente.

O ECA prevê as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que praticam atos infracionais. Essas medidas dispõem de um objetivo de caráter reeducador para esses jovens.

Com relação à discussão filosófica do verdadeiro significado dessas medidas, é possível identificar visões como a de José Valente (2002), que acredita nessas medidas como sendo uma ressocialização para o menor e uma proteção para a sociedade. A percepção de uma natureza voltada para a punição e repreensão em

detrimento do caráter educativo é apontado por Saraiva (2002) em oposição ao ponto de vista anterior.

Apesar das diferentes concepções a respeito do tema, Arruda cita que “Não se pode negar que as medidas socioeducativas possuem conteúdo redistributivo, com a finalidade de criar no adolescente um senso do que é certo e o que é errado, do que é permitido se fazer e do que não é aceito pela sociedade.” (ARRUDA, 2013, p.44)

Dispõe o ECA, nos incisos de seu artigo 112, as Medidas Socioeducativas aplicadas aos menores em conflito com a lei, *in verbis*:

- I – Advertência;
- II - Obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - Liberdade assistida;
- V - Inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - Internação em estabelecimento educacional.

É importante ressaltar que essas medidas só são aplicáveis a jovens entre 12 e 18 anos que tenham cometido ato infracional.

2.3.2 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi sancionado em 08 de junho de 2006 pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). No entanto, a instituição dessa resolução só se deu em 2012, por meio da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Esse conselho deu origem ao sistema nacional de atendimento socioeducativo.

O SINASE foi criado com o objetivo de regulamentar a configuração de como o Poder Público, junto a seus diversos órgãos e agentes, terá de prestar o atendimento em que adolescentes autores de ato infracional desfrutam de direitos. Além disso, tem a finalidade de oferecer o espaço para a ressocialização e prevenção a recidiva de crimes.

O SINASE é respaldado em uma série de princípios que norteiam as suas regulamentações, são eles: os princípios do respeito aos direitos humanos; princípio da responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes; princípio do adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades;

princípio da prioridade absoluta para a criança e ao adolescente; princípio da legalidade; princípio do respeito ao devido processo legal; princípio da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; princípio da incolumidade, integridade física e segurança; princípio do respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida, às circunstâncias, à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; princípio da incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes; princípio da garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; princípio da municipalização do atendimento; princípio da descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; princípio da gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; princípio da corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas e princípio da mobilização da opinião pública com a finalidade da participação dos diversos segmentos da sociedade. (SINASE, 2012).

O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) é constituído pela política do SINASE, que tem como propósito a inserção da Doutrina da Proteção Integral no âmbito das diversas esferas do Estado.

O objetivo primordial deste sistema é o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos e tem como fundamento a constituição de parâmetros objetivos e procedimentos mais justos, com vistas a evitar a discricionariedade, buscando reafirmar a natureza pedagógica das medidas socioeducativas. Para tanto, o SINASE prioriza as medidas socioeducativas em meio aberto. (ARRUDA, 2013, p.50).

Esse sistema estipulou a participação da sociedade civil na instituição de programas e projetos voltados ao adolescente inserido na condição de cumprimento de medida educativa. Essa Lei veio fortalecer a obrigatoriedade do cumprimento do ECA, tendo em vista os problemas enfrentados na falta de obediência ao estatuto.

Este sistema se subdivide em nove partes. A primeira trata do marco situacional, onde se analisa a realidade dos adolescentes brasileiros, com foco nos adolescentes que cometem atos infracionais, e, conseqüentemente, nas medidas socioeducativas utilizadas no Brasil, enfatizando as privativas de liberdade. A segunda parte trata do conceito e integração das políticas públicas. A terceira trata dos princípios e o marco legal do SINASE. A quarta

contempla a organização do Sistema. O quinto capítulo trata da gestão dos programas. O sexto apresenta os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo. O sétimo trata dos parâmetros arquitetônicos para os programas socioeducativos. O oitavo, da gestão do sistema e financiamento, e o último, do monitoramento e avaliação. (ARRUDA, 2013, p.51)

Assim, o arcabouço teórico demonstrou a necessária relação entre efetivação de direitos por meio das políticas públicas e a intervenção positiva da sociedade civil nesse sentido, no próximo tópico será analisado o referencial metodológico proposto para o trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa, a qual teve uma abordagem qualitativa, ou seja, o seu foco é direcionado na obtenção de dados descritivos através de contato direto da pesquisadora com a situação de estudo, em que se procurou entender o fenômeno estudado à luz da perspectiva dos participantes inseridos no contexto pesquisado. (NEVES, 1996).

A pesquisa foi realizada através de uma imersão nas oficinas do Projeto Onda na Unidade de Internação de Santa Maria, durante o interregno de março a maio, com a participação da pesquisadora em três encontros, considerando que esses eram realizados, comumente, uma vez a cada quinze dias. As oficinas tinham duração de três horas.

É importante destacar que houve dificuldade na observação de mais oficinas e do acesso à interação da ONG (através de observação de reuniões) com as instituições de cooperação, devido à falta de atividades realizadas pelo Inesc durante esse período e a falta de acesso às demais atividades, justificada pelo caráter restritivo e burocrático da instituição.

É significativo exprimir o esforço para contatar a responsável por um projeto de mestrado sobre o atendimento socioeducativo no Distrito Federal. O contato com a autora Erica Arruda (que também trabalhou na Secriança do DF como Assessora do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, e hoje está lotada na Assessoria de Regulação da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro) foi de fundamental importância para o auxílio das informações contidas neste trabalho.

Para a coleta dos dados foram utilizadas três técnicas: observação participante, entrevistas e pesquisas documentais.

Na observação participante se estabelece uma relação dialógica, pois o pesquisador se torna parte do contexto observado, modificando-o e sendo modificado (NETO, 2003). Na observação participante, o observador analisa o conteúdo e a consequência da interação dos atores, bem como a interação desses com o ambiente

e contexto. (BECKER, 1993). Tais instrumentos de registro foram baseados nas dimensões descritiva, analítico-reflexiva e de registro parcial.

A observação foi feita de forma discreta, no entanto, com uma pequena participação nas oficinas, pois o processo dessas eram bem dinâmicos e, devido a situação peculiar em que foi feito o estudo, o não-envolvimento com o público participante iria provocar uma maior dificuldade na obtenção dos dados. Foram acompanhadas as seguintes atividades: oficina do dia das mulheres, oficina sobre a violência doméstica, oficina sobre o machismo e a violência contra a mulher. Além disso, a estudante teve a oportunidade de acompanhar a primeira audiência pública, provocada pelo Inesc, para a discussão da realidade socioeducativa do DF, realizada no dia 06 de maio de 2016.

O segundo método utilizado neste trabalho foi a entrevista. De acordo com Angrosino (2009), as entrevistas são essenciais para abordar de forma mais clara e direta nas questões pretendidas. É importante que as perguntas sejam voltadas ao grupo mais informado sobre o assunto. Dessa forma, as entrevistas compreendem uma extensão lógica da observação. (ANGROSINO, 2009).

Na bibliografia atual, são classificados diversos modelos de entrevista, tais como as estruturadas, semiestruturadas, e não estruturadas. O modelo acolhido neste trabalho foi a semiestruturada, por possibilitar que o entrevistado discorra sobre o tema, mudando a ordem das perguntas ou acrescentando novas questões. (MINAYO, 2010).

As entrevistas do trabalho foram realizadas no decorrer do semestre. As perguntas feitas nas entrevistas foram baseadas na proposta de análise da literatura de parceria entre ONG e Estado apresentado por Ckagnazaroff; Mota; Portugal (2005). Os entrevistados foram escolhidos de forma a dar um melhor entendimento a todas as dimensões do trabalho. As entrevistas com as coordenadoras foram gravadas em aparelhos de áudio e tiveram duração de 30 minutos a uma hora; já as entrevistas com as socioeducandas e com a servidora da unidade foram dispostas como uma conversa mais informal, sem a utilização de aparelhos de gravação para resguardar a proteção das informações concedidas.

A lista dos entrevistados está disposta no quadro a seguir.

Quadro 1: Lista de entrevistados.

Lista de Entrevistados			
Entrevistados	Razão da entrevista	Função	Data da entrevista
Marcia Aciolli	Conhecimento elevado sobre o projeto devido à sua função de coordenadora.	Responsável Projeto Onda Inesc	01/06/2016
Perla Ribeiro	Conhecimento sobre o funcionamento da Secriança.	Servidora Secriança, Coordenadora da Subsecretaria de Promoção de Políticas para Criança e Adolescente	02/06/2016
Tatiana Soares	Conhecimento sobre a implementação das medidas socioeducativas nas Unidades de Internação do DF.	Servidora da Secriança, lotada na SUBISIS	02/06/2016
Érica Arruda	Especialista em Políticas Públicas de atendimento socioeducativo no DF.	Servidora da Secriança cedida para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ	05/05/2016
Aurélio Araujo	Conhecimento sobre a gestão das políticas e processos relacionados aos socioeducandos.	Secretário de Estado da Secriança	23/06/2016
Servidor UISM	Conhecimento sobre a dinâmica da instituição.	Responsável pelos adolescentes da Unidade	08/03/2016
Ex interna UISM	Conhecimento prático sobre a experiência pós projeto.	-	06/05/2016
Interna UISM	Conhecimento prático sobre a experiência dentro do projeto.	-	06/05/2016
Socioeducanda em semiliberdade	Conhecimento prático sobre as expectativas de ressocialização.	-	06/05/2016

Fonte: autora do trabalho.

Tendo como objetivo central a análise do Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc, com relação ao empoderamento do protagonismo juvenil nos adolescentes

institucionalizados na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, frente às medidas socioeducativas, os principais documentos estudados foram o Estatuto da Criança e do adolescente, em seu contexto histórico, e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Além desses, foi disponibilizado o relatório de todas as oficinas realizadas na UISM até o ano de 2016, e o contrato de parceria entre o Inesc e a Secriança (que não foi formalizado até o momento). Ademais, foram concedidos informativos sobre o andamento dos projetos e a cartilha do Projeto Onda com a explicação de todo o projeto, desde a sua idealização até o presente momento.

Um instrumento próprio da Residência em Políticas Públicas e de extrema importância para se ter uma boa elaboração do relatório é o diário de campo, elaborado durante o período da imersão. Esse diário é utilizado para relatar as informações obtidas, principalmente durante a observação participante; no entanto, são anotadas todas as informações adquiridas na pesquisa de campo. Em resumo, foram elaborados cinco diários: dois deles para a observação na UISM, um para a reflexão da audiência pública na Câmara Legislativa do DF e os dois últimos para comentários sobre as entrevistas.

Esses foram os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração deste trabalho. O próximo capítulo irá apresentar o diagnóstico sobre o Inesc e o seu programa na tentativa de empoderamento do jovem na UISM, e como esse processo vem sendo recebido pelos organismos do governo.

- ❖ Mapear as principais ações socioeducativas do projeto Onda realizadas na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria,
- ❖ Averiguar se as ações do Projeto Onda têm sido eficazes com relação ao protagonismo juvenil dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal;
- ❖ Investigar como vem sendo a parceria do Inesc com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, no que se refere às medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei.

4 DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA

Com relação a este tópico do trabalho, o diagnóstico será realizado com base nos objetivos específicos, que são: 1- Mapear as principais ações socioeducativas do projeto Onda realizadas na Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria; 2- Averiguar se as ações do Projeto Onda têm sido eficazes com relação ao protagonismo juvenil dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal; e 3- Investigar como vem sendo a parceria do Inesc com a Secretaria de Educação no que se refere às medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei.

Todos os objetivos serão analisados de acordo com os referenciais teóricos e a partir dos resultados das observações, entrevistas e análises documentais.

4.1 OFICINAS UISM

O Projeto Onda acontece na UISM desde do dia 27 de julho de 2015 e, a partir de relatórios disponibilizados pelo Inesc, foi possível ter acesso ao conteúdo das oficinas realizadas na UISM em 2015. A pesquisadora pode acompanhar a realização de algumas oficinas: três ao todo, em 2016. Desde o começo, houve boa recepção por parte das socioeducandas da unidade e também por seu corpo de funcionários. Quinze meninas foram as protagonistas da primeira oficina. Com o passar do tempo, esse número variou, na medida em que as adolescentes cumprem suas penas previstas na unidade e outras adentram nessa.

Os temas das oficinas são reflexivos interativos, em que primeiramente é apresentado o conteúdo de uma forma lúdica, depois é aberto debate e atividades interativas. Serão analisados a seguir o resumo das oficinas de julho a agosto de 2015, com base nos relatórios disponibilizado pelo Inesc das oficinas realizadas neste período.

A primeira oficina foi delimitada por uma dinâmica de acolhimento em que as adolescentes criaram personagens diversos que retratavam realidades de denúncias, no entanto sempre marcados por finais felizes, como a de uma menina indígena que sofreu abuso sexual, mas, amparada por seu professor, denunciou o autor do crime -

seu padrasto, que foi preso, enquanto a vítima se mudou para casa da avó. Após a dinâmica, foi apresentado a essas meninas um exemplar do ECA, discutindo-se três eixos temáticos: a Proteção integral, a Universalização dos direitos, e as suas interdependências. Nessa discussão também foram destacados os direitos dos personagens que foram violados.

Dois dias depois da primeira oficina, foi realizado um novo encontro com as socioeducandas. Três temas foram abordados: “O que é democracia e quais são os ambientes democráticos que vocês reconhecem em suas vidas? ”; “Quais são os tipos de poder que vocês reconhecem, como vocês perceberiam a relação de poder entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, homo e heterossexuais? ”; como se estabelece o território (como ele se define)? Como são as diferenças territoriais do seu município? ”; e o que motiva as pessoas a se agruparem, o que se pode fazer melhor quando está em grupo? Dadas essas perguntas, a palavra “reivindicar” foi muito repetida entre o grupo, foram produzidos cartazes e a pergunta ao final da oficina foi se a equipe iria voltar.

Na terceira oficina, o tema abordado foi comunicação. Nesta oficina houve a execução de quatro atividades: a utilização de balões com mensagens escritas pelos adolescentes sobre o que eles queriam falar para o mundo; a exibição de um vídeo que abordava o tema sobre os direitos humanos e a mídia; a leitura de três textos sobre a educação sexual, a escola conivente com a homofobia e a agressão da travesti Veronica Bolina por policiais.

Com relação às mensagens escritas pelos adolescentes, foram feitos os seguintes apelos: “o rap não é música de bandido, é uma realidade”; “todos aqueles que educam investem naqueles que erram”; “porque todo o preto é suspeito? Nem todos os pretos são ladrões, isso me revolta”; machismo; “o preconceito da sociedade dói, machuca e faz a pessoa se excluir de tudo, mas o da família é a pior dor. É como se o coração se quebrasse em milhões de pedaços”; “eu iria mostrar o quanto diminuiria a criminalidade e a prostituição infantil se o governo investisse naqueles que precisam e também o quanto sofrem aqueles que não tem ninguém”.

Outros relatos observados durante a oficina foi o debate sobre o direito à comunicação, o poder de manipulação da mídia e a geração de mais preconceitos por parte desta. Ademais, houve desabafos, como por exemplo de uma interna que falou

“Nunca tive uma postura feminina, nunca gostei de usar vestido, acessórios no cabelo. Por causa dos meus trejeitos, da maneira como me vestia, fui alvo de comentários na escola em que estudava”.

No dia cinco de agosto de 2015, foi realizada a quarta oficina na ala feminina da Unidade de Internação de Santa Maria. Neste dia, o coordenador da unidade informou que as adolescentes não viam a hora de chegar o dia da oficina. Nessa oficina, o tema ficou em torno do orçamento. A pergunta levantada foi “quem administra o dinheiro para a garantia dos direitos?” houve apresentação do orçamento de 2015, e depois a projeção do filme “Cidade dos Homens”. Logo após, foi realizada uma atividade em que os participantes foram divididos em grupos e cada um fazia parte da equipe do governo e tinham que pensar como organizariam as verbas. As escolhas da distribuição das verbas foram quase todas feitas para o saneamento básico e educação, além de investimento em habitação, hospitais e cultura.

A quinta oficina aconteceu no dia seguinte, e teve como tema o emprego, desemprego e trabalho. Foi discutida a diferença de trabalhar por necessidade e do trabalho como realização, da projeção que os pais fazem muitas vezes impossibilitando a realização de sonhos dos filhos.

Neste dia os adolescentes expressaram seus sonhos profissionais, que envolveram as seguintes profissões: juiz, jogadora de futebol, guia turístico, poeta, cantora de rap e trabalhar em funerária.

Além destas, foram observadas três oficinas trabalhadas no ano de 2016 na UISM. Os temas foram feminismo, violência doméstica e machismo. A primeira oficina teve como diferencial o Dia Mundial da Mulher, em que as adolescentes receberam presentes e lanche especial. Neste dia houve a contextualização da data festiva e discussões a respeito do que é ser mulher dentro de uma unidade de internação. As respostas foram unânimes, a diferença de tratamento no que tange a revista e a punição eram muito maiores para meninas do que para os meninos. Além disso, as adolescentes acreditam que as penas determinadas pelos juízes são maiores para as meninas.

Na segunda oficina de 2016, foi discutido o porquê da violência contra a mulher, onde foram apresentadas pelas facilitadoras da oficina teorias como a naturalização do machismo, onde logo em seguida foi proposto para os grupos pensar em ações

contra essa naturalização. A conscientização das pessoas contra essa cultura foi a solução mais proposta.

A terceira oficina ocorreu durante a audiência pública sobre o sistema socioeducativo, no dia 6 de maio de 2016, onde cinco internas da UISM participaram. Neste dia foi exposta a reivindicação de vários grupos participantes dos projetos do Inesc. A parte relativa ao sistema socioeducativo foi apresentada por duas das socioeducandas presentes, que expuseram a realidade da unidade e fizeram apelos para a melhora das condições de vida da UISM. A outra adolescente da unidade apresentou um manifesto a respeito do olhar da sociedade sobre aquele grupo, e todos os presentes foram tocados pela reflexão. As notas taquigráficas desta audiência, referentes ao discurso das adolescentes socioeducandas, encontra-se nos anexos deste trabalho.

Ademais, o Inesc fez um apelo para que fosse priorizado o aspecto educacional da medida socioeducativa que atualmente tem seu foco na segurança, de modo em que a primeira colabora também para o aumento da segunda.

Todos os apelos foram ouvidos pelos representantes das secretarias da criança, educação, segurança, também por deputados e outras autoridades. Esses atores garantiram providências nas demandas exigidas pelo grupo presente e, além disso, um deputado ali presente afirmou que o “ O projeto Onda é muito importante e deveria virar uma política pública”.

Encerrando a audiência, uma ex-socioeducanda que passou por todas as medidas socioeducativas expressas no ECA deu o seu depoimento, em que disse que no sistema de internação ela teve a oportunidade de estudar e hoje ela volta formada e contribui como professora do sistema, além de promover um projeto cultural chamado “Poesias nas Quebradas”. Não foi possível observar os impactos dessa audiência na política pública e nas adolescentes, uma vez que esta audiência foi realizada no fim da imersão deste estudo, não havendo tempo hábil para a referida análise.

4.2 PROJETO ONDA E A EXPERIÊNCIA DE SANTA MARIA

Criada em 20 de março de 2014, a Unidade de Internação de Santa Maria é composta por 10 módulos área de saúde, espaços para oficinas profissionalizantes, escola, área para visitantes, teatro de arena, espaço ecumênico, refeitórios, ginásio coberto, campo de futebol, lavanderia e horta. (SECRIANÇA DF, 2015). Esta unidade é direcionada aos socioeducandos sentenciados em cumprimento de medida socioeducativa de internação e as socieeducandas em cumprimento de internação estrita e provisória. Com capacidade para 140 internos, no período desta pesquisa a unidade estava com um efetivo de 146 adolescentes internados sendo que 122 eram meninos e 24 meninas. As atividades desta unidade são regidas pelo Plano Político e Pedagógico e Plano Decenal (que será inaugurado no dia 23 de junho de 2016) da Secretaria da Criança.

Desde sua criação, o Inesc escolheu como área-foco o orçamento público como objeto de análise para as políticas públicas. Devido a isso, suas ações estavam direcionadas aos direitos humanos e às desigualdades sociais. Entre esses segmentos se encontra a Infância e a Adolescência.

Com início em 2007, objetivou-se a criação de uma metodologia de formação disposta a adolescentes, na qual a finalidade é colaborar para “o desenvolvimento da autonomia política, para a organização de suas próprias incidências e para a divulgação de suas preocupações e descobertas” (ACIOLLI, 2013, p. 51). A ideia teve origem na necessidade de algo simples e complexo que fosse chamativo, sem abandonar a consistência do conteúdo era fundamental.

Dessa forma, foram criadas oficinas estruturadas a partir de assuntos atuais e relevantes para o Brasil, adaptados para as comunidades em que será trabalhado o projeto e, “com isso, (...) incorporar debates sobre Reforma Política, Plano Nacional de Educação, Violência Sexual, Racismo, Cultura como Direito entre outros” (AIOLLI, 2013, p. 52). Além disso, são organizados grandes eventos que agregam todas as escolas, gerando ambientes propícios para diferentes discussões.

Com a parceria entre o Inesc, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CONANDA) e o Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef), foi criado o Projeto Criança no Parlamento, que deu origem à Oficina

Processo Legislativo, em que são elaboradas atividades de formação sobre o funcionamento e a função do parlamento na qualidade de espaço aberto de diálogo com a sociedade civil, contando com a colaboração de penalidades que estejam diante das discussões sobre os temas e com experiência no parlamento.

Uma outra atividade citada durante a descrição do projeto ao longo dos anos, foi o Circuito de Cinema e Política (criado por uma professora de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Nela, após a eleição do tema nos grupos, são escolhidos os filmes de acordo com os conteúdos trabalhados, e são chamados convidados para mediar os debates.

O público trabalhado é preferencialmente aquele oriundo de escolas públicas, uma vez que esse ambiente é considerado pelo Inesc o ideal para o desenvolvimento da educação para a cidadania. Assim, ao início dos trabalhos, os alunos se voluntariam para adentrar no projeto, que pode envolver de dez a sessenta pessoas. As oficinas são divididas em dois blocos: o dos Direitos Humanos e o da Educação de Qualidade.

O primeiro bloco, que tem como objetivo contribuir para que adolescentes se percebam como sujeitos de direitos e conheçam alguns princípios dos direitos humanos, é, por sua vez, subdividido nos seguintes temas: Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Participação Democrática; Reforma Política; Orçamento Público e Comunicação. Para cada um desses temas foram desenvolvidas oficinas diferenciadas que, baseadas em atividades participativas, fundamentadas nos princípios da arte-educação, da educação popular e da edcomunicação. “ (Projeto onda: adolescentes em movimento pelos direitos, 2013, p. 52)

A partir desta metodologia é possível observar a solidificação do discurso dos adolescentes, possibilitando o seu protagonismo na cobrança de seus direitos.

4.3 PROTAGONISMO JUVENIL NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SANTA MARIA

Com relação à percepção sobre a eficácia do Projeto Onda em referência ao protagonismo juvenil dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, pode-se entender que as ações do Inesc parecem ser eficazes no que diz respeito à mudança de comportamento do público participante. De acordo com Marcia Acioli (2016), coordenadora do Projeto Onda, os retornos são de que há uma melhora na convivência do grupo das socioeducandas participantes do projeto, além da apropriação de debate sobre direitos humanos, em que elas se colocam em um

cenário de direito e não apenas como infratoras, reconhecendo também que a ausência de direitos fora da instituição foi uma das causas para o cometimento dos atos infracionais.

Ademais, a coordenadora do projeto acredita que essas atividades desenvolvem uma capacidade de suportar aquele ambiente. No entanto, é importante elencar que, para o sucesso de um trabalho eficaz na ressocialização, é preciso o acompanhamento e suporte dos egressos das unidades.

Em uma entrevista informal com uma ex-socioeducanda, ela expõe que ao sair da unidade se sentiu perdida e sem amparo, com uma grande tentação em voltar para a realidade que conhecia antes de ser internada. Porém, ela teve o amparo de uma professora da Universidade de Brasília, que lhe ofereceu estágio e uma oportunidade de estudo, fazendo com que a ex-interna fosse capaz de conhecer outras formas de realidade e, dessa forma, ter o auxílio que precisava para seguir a vontade de sair daquele universo de infração.

Foi possível observar que não há mesmo um acompanhamento sistematizado com os egressos da Unidade de Internação de Santa Maria que participaram do Projeto Onda. Mas, de acordo com Marcia Aciolli (2016), ações já estão sendo pensadas para trabalhos sistematizados com o público-alvo. Da mesma forma, não há um acompanhamento persistente por parte do Inesc na condução de algumas demandas às instituições do governo. Esses problemas podem se dar em função da pequena equipe disponibilizada para a atuação do projeto.

Outro ponto a ser refletido sobre a eficácia das ações seria em relação às audiências públicas sobre o sistema socioeducativo. Na audiência de maio de 2016, o assunto mais demandado pelo público socioeducativo foi a periodicidade das aulas nas unidades; o respeito aos pais durante a revista; a oferta de materiais de higiene pessoal, de medicamentos e de colchões.

O Secretário de Estado da Secretaria da criança, em entrevista feita para o presente trabalho, informou que foram tomadas medidas para sanar as reivindicações feitas durante a audiência pública. De acordo com o secretário, as aulas já foram retomadas, devido ao remanejamento de pessoal e a contratação de agentes socioeducativos temporários, possibilitando a escolta dos jovens aos módulos de escola. Além disso, já foram adquiridos colchões para as unidades e trocadas todas

as diretorias das unidades, porque estas estavam em conflito com as normas da Secretaria da Criança, consubstanciado em tratamentos inadequados aos jovens das unidades. Ademais, o concurso para a contratação de novos funcionários já está em andamento, além de algumas propostas imediatas para a solução dos problemas que demandam atendimentos prioritários, como a troca de horário de expediente dos servidores, para horário comercial, que proporciona reestabelecimento das aulas (ARAUJO, 2016).

Segundo o Gestor da secretaria da criança, a maioria destes problemas ocorreram devida a crise enfrentada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), o que provoca greves nas unidades e o embarramento de muitas atividades. No entanto, através do diálogo com os servidores e os diversos órgãos, foi possível solucionar alguns problemas imediatos que o sistema vem passando. Somado a isso, foi lançado, no dia 23 de junho de 2016, o Plano Decenal do Sistema Socioeducativo do DF, que de acordo com o Secretário, é um marco positivo para o cumprimento dos direitos dos jovens do sistema socioeducativo. (ARAUJO, 2016).

Apresentado neste tópico a explanação sobre os dois primeiros objetivos específicos, a próxima seção fundamentará o diagnóstico do último objetivo.

4.4 PARCERIA ENTRE ONG E ESTADO

O Inesc estabelece parcerias informais com a Unidade de Internação de Santa Maria e a Secretaria de Educação. Em relação à parceria formal com a Secriança, ocorrem muitas dificuldades burocráticas, segundo Aciolli (2016) O pedido foi feito pelo Inesc no início do ano de 2015 e até hoje (mais de um ano depois) não foi oficializado, mesmo que se trate apenas um de termo simples que não exige a participação de recursos nem de logística por parte do governo. A partir da entrevista com a representante da Secriança, Ribeiro (2016), em que foi indagado o porquê dessa dificuldade, ela explicou que a grande dificuldade para a referida oficialização era a constante troca de gestão dos responsáveis na Secretaria, fazendo com que os gestores desconheçam as demandas anteriores. A partir da entrevista realizada com a responsável da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, Soares (2016), foi demonstrado interesse na oficialização da parceria com o Inesc pela Secretaria da Criança.

Com relação a parceria entre o Inesc e as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas. Para o Inesc, há interesse em realizar uma parceria formal com o governo. Dessa forma, esse tem maior legitimidade e segurança para executar seu projeto, dando mais segurança a seus colaboradores e uma maior facilidade na interação com os diferentes parceiros, obtendo, assim, maior facilidade em ampliar sua área de atuação.

Retomando os aspectos tratados no referencial teórico deste trabalho, pode-se entender que a relação de parceria pode ser entendida como Cooperação forçada, em que os entes do governo se voluntariaram a trabalhar com a ONG por iniciativa desta. Além disso, a parceria se caracteriza como ativa, pois os papéis dos atores podem ser reavaliados quando necessário.

Com relação à sugestão de esquema de análise da Parceria ONG's e Estado, Ckagnazaroff e Guimarães (1996) sugerem quatro recursos para a interpretação dessas parcerias, são elas:

- Pessoal, que infere o apoio político que os representantes das organizações escolhidas possuem e a identificação destes com a parceria. “Os conflitos nas relações interpessoais podem afetar as negociações e o andamento dos processos decisórios.” (CKAGNAZAROFF; MOTA; PORTUGAL, 2005, p.9);
- Conceitual- Estratégica, que trata da carência de entendimento compartilhado sobre o que engloba as atividades em parceria, suas demandas e ameaças, que podem ser questões que devam ter atenção por parte dos atores envolvidos;
- Organizacional - aspecto traz a reflexão sobre possíveis diferenças de característica gerencial e organizacional entre as organizações que podem afetar o processo; e- Político – perspectiva que se refere às disputas políticas que geram entraves nas relações entre os parceiros.

Para fazer uma reflexão sobre a parceria ONG e Estado, será sintetizado no Quadro 2 um instrumento de análise baseado no referencial teórico sobre o tema, adaptado à realidade estudada por meio de informações obtidas nas entrevistas realizadas com o Inesc e com a Secretaria da Crianças e nos documentos fornecidos pelo Inesc sobre a Secretaria de Educação.

Quadro 2: Instrumento de análise da Parceria entre Estado e ONG

Instrumentos de análises da Parceria entre Estado e ONG		
Dimensões	Perguntas	Respostas
Pessoal	Como e por que os representantes das instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas foram escolhidos para interagir com a ONG?	É importante ressaltar que a ONG não escolheu os representantes, eles já têm os seus cargos e suas atribuições estabelecidas pelo órgão, no entanto a uma maior afinidade com algumas pessoas do grupo responsável pela parceria.(ACIOLLI,2016).
	Que respaldo institucional eles possuem?	Com relação a UISM, é o corpo diretivo da Unidade que conversa com o Inesc, com relação a Secriança, vários interessados como o próprio secretário, a subsecretaria do Sistema Socioeducativo e a Subsecretaria de Promoção de Políticas para Criança e Adolescente. Já a Secretaria de Educação não se obteve informação.
Conceitual Estratégico	Como a parceria está alinhada ao plano de trabalho de cada um dos envolvidos?	A parceria se alinha com a política de Direitos Humanos e da educação voltada para o público de adolescentes que cumprem uma medida socioeducativa
	Qual a percepção dos atores envolvidos sobre as possíveis vantagens e desvantagens da parceria?	<p>Vantagens ONG: Maior publicidade as ações do projeto, maior peso institucional para o Inesc, maior segurança e legitimação das ações, maior acolhimento institucional, maior facilidade em ampliar sua área de atuação.</p> <p>Desvantagens ONG: Ideologias contrarias com a atual política que provocam ruídos na implementação do projeto. Grande burocracia que impede a celeridade de muitas demandas levantas pela ONG.</p> <p>Vantagens Sec. Educação: Acrescenta aos parceiros uma metodologia reconhecida, testada e premiada, não a dispêndios por parte deste ator, auxilia na ressocialização dos adolescentes.</p> <p>Desvantagens Sec. Educação: Há uma maior cobrança por parte da ONG para a realização das demandas da sociedade.</p>

Organizacional	Que diferenças existem entre os processos decisórios das organizações envolvidas e como eles afetam a parceria?	<p>INESC: processo decisório horizontal com autonomia de todo o grupo de trabalho.</p> <p>Inst. Gov (Sec. Educação, Sec. Criança e UISM): Processo decisório hierárquico que não divulga eficientemente as informações, lógica prisional em detrimento da educacional. Essas diferenças provocam tensão na interação desses atores.</p>
	Que recurso cada uma possui e como são empregados?	<p>Inst. Gov. (Sec. Educação, Sec. Criança e UISM): Autonomia para decidir o nível de Implementação do projeto, com relação aos tipos de oficina.</p> <p>ONG: Financiamento Internacional para o Projeto, capacidade de pressão no governo, metodologia eficaz do projeto, total autonomia financeira do projeto, apoio internacional, entre outros.</p>
Político	Como a parceria é entendida pela alta gerencia das organizações envolvidas?	<p>Inst. Gov. (Sec. Educação, Sec. Criança e UISM): Implantação de melhores formas socioeducativas para a reintegração dos jovens.</p> <p>Inesc: Legitimação das atividades desenvolvidas e aumento do alcance das ações do Projeto.</p>
	Quão informado um parceiro está sobre os objetivos do outro em relação a parceria?	Bem informados.
	Qual a percepção que um parceiro possui sobre a atuação do outro no processo?	Apesar dos esforços de ambos os atores ainda se identificam dificuldades na comunicação entre eles.

	<p>Qual é o papel de cada organização em relação ao objeto da intervenção da parceria?</p>	<p>Inesc: executar as ações do projeto; responsabilizar-se integralmente pelo encaminhamento do projeto; promover reuniões com diretores para planejamento e avaliação do projeto; assegurar transporte, alimentação e o que for necessário para as atividades relacionadas ao Onda; participar de reuniões com as equipes para possíveis parcerias no campo pedagógico; comunicar aos atores envolvidos as informações sobre o andamento do projeto.</p> <p>Sec. Educação.: Tomar conhecimento do trabalho do projeto; apoiar a realização das atividades observando possíveis contribuições; distribuir os materiais produzidos pelos estudantes das instituições de ensino estimulando o seu uso pedagógico</p>
--	---	--

Fonte: elaboração da autora

O quadro anterior agrupou perguntas (estipuladas pelo autor Ckagnazaroff e Portugal) e respostas obtidas através de entrevistas e pesquisa documental. Por meio dessa análise foi possível interpretar as quatro dimensões sugeridas pela literatura sobre parcerias e, desta forma, situar um desfecho para o objetivo de pesquisa em questão. Assim, entende-se a parceria entre Inesc e Instituições do Governo como:

No âmbito “Pessoal”, o apoio político que os representantes das organizações escolhidas possuem e a identificação destes com a parceria. Acontece através da interação com algumas pessoas das secretárias e da UISM.

Na esfera “Conceitual Estratégica”, que trata da carência de entendimento compartilhado sobre o que engloba as atividades em parceria, suas demandas e ameaças, entende-se que os objetivos de cada ente estão alinhados entre si, e apesar de existirem algumas dificuldades na interação entre eles, isso não supera as suas vantagens.

No domínio “Organizacional”, em que possíveis diferenças de característica gerencial e organizacional entre as organizações podem afetar o processo de interação, constatou-se que as diferenças de regime entre as organizações atrapalham, de certo modo, o desenvolvimento da parceria.

No alcance “Político”, onde as disputas políticas podem gerar entraves nas relações entre os parceiros, foi possível perceber que a maior dificuldade é a

comunicação entre o Inesc e o governo, principalmente devido à troca constante do grupo gestor, o que obstaculiza significativamente o progresso da relação entre eles.

Feitas essas considerações, o desfecho deste trabalho será apresentado na subseção seguinte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o objetivo responder a seguinte pergunta norteadora: Como o Projeto Onda, desenvolvido pelo Inesc, em parceria com as instituições do governo responsáveis pelas medidas socioeducativas, tem sido capaz de estimular o protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, do Distrito Federal?

Ao longo do estudo, foi possível perceber que o Projeto Onda é sim capaz de estimular o protagonismo dos adolescentes da Unidade de Atendimento de Santa Maria. A pergunta foi respondida no momento em que as adolescentes da UISM foram à frente da tribuna no dia da audiência pública sobre a socioeducação para exigir seus direitos perante os atores que estavam ali; e não só os exigiram como também possibilitaram a reflexão de todos os presentes sobre a realidade daquelas adolescentes.

Relembrando os resultados obtidos a partir dos objetivos específicos, concluímos que as atividades socioeducativas promovidas pelo Projeto Onda dão grande respaldo às ações que levam ao protagonismo dos jovens da Unidade de Internação de Santa Maria, bem como identificamos que o projeto possibilitou aos adolescentes desenvolverem grande protagonismo relativo a diversos assuntos sobre direitos humanos e políticas públicas. Constata-se ainda que, apesar de informal, a parceria entre o Inesc e as Instituições de governo responsáveis pelas medidas socioeducativas vem sendo muito bem sucedida, o que contribui para sua futura formalização.

Mediante aos resultados apresentados nesse trabalho, pode-se concluir que o Projeto Onda pode ser capaz de influenciar positivamente a política pública de socioeducação na Capital Federal. Isso pode ser visto, por exemplo, por meio do Depoimento das internas da UISM, publicado na revista *Descolad@s* de 2016, publicada pelo Inesc (disponível em anexo), que relata como se sentem na situação de menores em conflito com a lei. Elas relatam como o preconceito da sociedade e a falta de ajuda e direcionamento dificultam a sua “ressocialização”.

Durante três meses foi feita a imersão no Projeto Onda na UISM. Nesse período, foi possível entrar em contato com o público beneficiário desse projeto, de forma a

entender um pouco sua realidade e a capacidade crítica que desenvolvem - a partir de uma breve introdução ao assunto, para discutir os diversos temas propostos.

Apesar de o local em que foram feitas as observações se tratar de uma área de segurança, o acesso foi possibilitado sem maiores entraves por parte do Inesc. Além disso, todas as informações buscadas para o aprimoramento deste trabalho foram concedidas com muita disposição.

Ainda que com grande colaboração na elaboração deste estudo por parte do Inesc, o pequeno número de oficinas que aconteceram na UISM neste semestre dificultou, em certa medida, a análise desta pesquisa. No entanto, o problema da falta da imersão acabou sendo praticamente resolvido por meio da aplicação das entrevistas e da participação na audiência pública sobre as medidas socioeducativas.

Outro fator que poderia ter auxiliado melhor no desenvolvimento do estudo seria a observação das reuniões entre as instituições do governo e o Inesc. No entanto, não foi possível devido à particularidade dessas reuniões, que envolve um cuidado por parte da ONG na condução dessas.

Durante a entrevista com a Secretaria da Criança, foi exposta a dificuldade na execução de várias atividades na Unidade de Internação de Santa Maria por causa da falta de contingente de agentes de socioeducação.

Inclusive, os adolescentes dessa unidade estavam há cerca de três semanas sem aulas. Como proposta de intervenção por parte da pesquisadora, foi recomendada a utilização de retroprojetores nos módulos da unidade como forma de dar continuidade às aulas através de videoconferência com os professores, não demandando dessa forma a necessidade de um grande contingente de agentes e solucionando a falta de aulas na unidade. A proposta foi muito bem acolhida pela secretária responsável pela socioeducação, a qual até mesmo propôs uma reunião na UISM para a exposição da ideia.

Além disso, outro resultado dessa pesquisa se deu pela intervenção da autora deste trabalho que, ao questionar motivo da demora na formalização da parceria com o Inesc, gerou por parte da subsecretaria do Sistema Socioeducativo uma urgência na efetivação dessa demanda.

6 REFERÊNCIAS

- ABDALA, R. A.; ASSIS, L.B.; SANTOS, D. O. Parcerias entre Estado e Organizações do Terceiro Setor: Perspectivas e Desafios em dois Hospitais de Belo Horizonte e Brasília. IN.: Anais XXXVI ANPAD. Rio de Janeiro, 2012.
- ACIOLLI, Márcia. Projeto Onda, Adolescentes em Movimento.1. ed. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2013.
- ACIOLLI, Márcia, Coordenadora do Projeto Onda do Inesc. Entrevista concedida a autora deste trabalho. Brasília,01/06/2016.
- ARRUDA, Érica Maia Campelo. A Política Pública de Atendimento Socioeducativo: O Caso do Distrito Federal. Dissertação de mestrado. Brasília, 2013.
- ARRUDA, Érica Maia Campelo. Assessora de Regulação da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH/RJ). Entrevista concedida a autora deste trabalho. Brasília, 05/05/2016.
- ARAUJO, Aurélio, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Entrevista concedida a autora deste trabalho. Brasília,23/06/2016.
- BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOSCH, Margarita. “NGO’s and Development in Brazil: roles and responsibilities in a ‘new world order’”. In: David Hulme and Michael Edwards; “NGO’s. States and Donors: too close for confort?” London, Macmillan Press, 1997.
- BRESSER-Pereira, Luiz C. A Administração Pública Gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. Brasília, ENAP, 1996.
- BROOKE, R. “Managing the Enabling Authority”. Harlow: Logman, 1989.
- CALMON, P.; COSTA, A. Redes e Governança das Políticas Públicas. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública - CEAG. Brasília, 2013.
- CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; PORTUGAL, Susane Mayer; MOTA, Nomaston Rodrigues. Parceria ONG – Estado: Sugestão de um Esquema de Análise. In.: Anais VIII SEMEAD – Seminário em Administração. São Paulo: FEA-USP,2005.
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parâmetros de Funcionamento dos Conselhos Tutelares. Brasília, 2001.
- COSTA, Bruno Lazzarotti; CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. “Sugestões para uma política estadual de combate à pobreza persistente”. In: Investindo em Políticas Sociais, Vol. VIII, Minas Gerais do Séc. XXI (cap. 5). Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, Rona Editora, 2002.
- D’ASCENZI, L. & LIMA, L. L.. Avaliação da implementação da política nacional de educação profissional e tecnológica. Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.

DIAS, Cleidson. Redes de Cooperação Social como Estratégia para a Implementação de Políticas Públicas: O Caso da PNDR. V Encontro de Estudos em Estratégia. Porto Alegre, 2011.

DINIZ, Adriana Silva. A Parceria Entre Poder Público e Instituições não Governamentais na Implementação de Programas Sociais: Análise do Programa Projovem No Município de Contagem. Congresso Internacional Governo, Gestão e Profissionalização em âmbito Local Frente aos Grandes Desafios do Nosso uTempo. 2013. Disponível em ><http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/40-congresso-internacional/eixo-4/428-4-8-format-a-parceria-entre-poder-publico-e-instituicoes-nao-governamentais-na-implementacao-de-pro/file>> Acessado em: 05/11/2015

FISCHER, Tânia; MELO, Vanessa P. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento sócio-territorial. Revista Organizações & Sociedade, v. 11, ed. especial, 2004.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogo, nº 7. São Paulo, 2005.

GOMIDE, Paula. Menor Infrator – A caminho de um novo tempo. 2. ed. Juruá. 1998.

GRAU, Nuria Cunill; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Lo Público No-Estatal en la Reforma de lo Estado. Buenos Aires: Editorial Paidós. 1998

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC): Quem Somos > disponível em: <http://www.inesc.org.br/quem-somos> Acessado: 20/10/2015

HJERIN, B. e Porter, D. 'Implementation Structures. A New Unit of Administrative Analysis. In: HILL, M. e HAM, C. The Policy process in the Modern Capitalist State. Harvest, Nova Iorque, 1993.

HULME, David; EDWARDS, Michael: “NGO’s, States and Donors an overview” In: Hulme, D. and Edwards, M. (eds) NGO’s, States and Donors. Too close for confort?, London, Macmillan Press, 1997 KISIL, Marcos. “Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária”. In: Terceiro Setor – desenvolvimento social sustentado. Evelyn Berg loschpe (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

LEWIS, David. “The management of Non-Governmental Development Organizations”. London: Routledge, 2001.

LIMA, F. S.; VERONESE J. R. P. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): breves considerações. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2009.

LIPSKY, Michael. Street-level bureaucracy. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012

MULLER, Pierre; Surel, Yves. A Análise das políticas públicas. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas, Editora da Universidade Católica de Pelotas (Educat), 2002.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática, Editora Global, 2001.

OHMAE, K. The Global Logic of Alliances. Harvard Business Review, March/April, 1989.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RIBEIRO, Perla, Coordenadora da Subsecretaria de Promoção de Políticas para Criança e Adolescente da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Entrevista concedida a autora deste trabalho. Brasília, 02/06/2016.

Presidência da República: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acessado: 20/10/2015

REBOLÇAS, Hellem Silveira. As Medidas Socioeducativas Aplicáveis aos Adolescentes em Conflito Com a Lei Penal: Uma Análise da problemática de sua Reinserção Social. Monografias Brasil Escola. Brasília, 2013. > disponível em: <http://monografias.brasile scola.com/direito/as-medidas-socioeducativas-aplicaveis-aos-adolescentes-conflito-com-lei-penal.htm>> acessado em: 02/10/2015

RESENDE, T. A. Roteiro do Terceiro Setor. 2ª ed. Belo Horizonte: 2003.

Secretaria de Estado de Educação, A Secretaria. 2015 > disponível em> <http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/publicacoes-da-sedf/517-manuais.html>> acessado em: 01/05/2016

Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. A Secretária. 2015. >. <http://www.crianca.df.gov.br/subsis/geinpe-gerencia-de-internacao-provisoria-e-estrita/346.html> > acessado em 02/12/2015

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. SUBSIS. 2015. >. Disponível em <http://www.crianca.df.gov.br/sobre-a-secretaria/a-secretaria.html>> acessado em 02/12/2015

SILVA, P.L.B. & MELO, M.A.B. O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 48. 2000.

SISTEMA INTEGRADO DE NORMAS JURÍDICAS DO DISTRITO FEDERAL – SINJ-DF. PORTARIA Nº 257, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013. > disponível em:

http://www.tc.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoNorma.aspx?id_file=89c126b7-688f-3794-b6ab-7524f32d804f> acessado em: 02/12/2015

SENN, Lanfranco (1992) - "A cooperação público-privado no financiamento do desenvolvimento urbano". In LODOVICI, Samek E. e BERNAREGGI, G.M. (1992) Parceria público - privado (Cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais. São Paulo: Summus

SOARES, Tatiana, Coordenadora de Internação da Subsecretaria de Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Entrevista concedida a autora deste trabalho. Brasília,02/06/2016.

SOUZA, Raquel; ZAVALA Rodrigo. Permanecer na escola tira jovens do crime, diz pesquisa. Publicado dia 06-03-01, Folha on-line. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/dimenstein/sonosso/gd060301.htm#subir> Acesso dia 08/10/2015

TENÓRIO, Fernando G.; SARAVALA, Enrique J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, Paulo E. M.; PIERANTI, Octavio P. (Orgs.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry... [et al]. Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

WERTHEIN, Jorge. Escola e família devem atuar juntas: jovens infratores. Publicado dia 24 de maio de 2011. > disponível em: <<http://jorgewerthein.blogspot.com.br/2011/05/escola-e-familia-devem-atuar-juntas>. >Acesso em: 2/10/2015

7 ANEXOS

ANEXO I


Depoimento das meninas da Unidade de Internação de Santa Maria, disponibilizado na revista Descolad@s, do Inesc, de 2016

Existe uma palavra muito bonita, de um significado até nobre. Muito ela é cobrada, mas pouco exercida. Ouvimos falar que aqui temos, ou melhor, deveríamos ter. Acreditamos hoje que o significado da tão nobre palavra tivesse sido respeitado e entrado em vigor anos atrás, talvez hoje, não estivéssemos aqui. A palavra a que nos referimos é “Direito”, algo que procuramos e desconhecemos. Não tivemos nossos direitos ao nosso lado. Desde novas, eles nos viraram as costas. Sabe quem somos? Somos aquelas que são julgadas sem que, ao menos, saibam nossos nomes. Aquelas que chamam de monstros, delinquentes, infratores, aquelas que oferecem perigo ao mundinho perfeito de vocês. Pelo menos, é isso que ouvimos muito. Onde estamos? Estamos em um sistema que devia nos incluir na sociedade, com orientação e educação, que não tivemos. Porém mais uma vez, nossos direitos não são realizados. Vivemos em uma unidade de internação para adolescentes. Antes de pararmos aqui, não tínhamos direitos. Agora que estamos aqui, continuamos sem eles. Porque as coisas são assim? Porque vivemos em uma sociedade hipócrita, cujas pessoas se preocupam apenas consigo mesmas e não pensam no próximo. Nós erramos e estamos pagando pelo que fizemos. Queremos mudar nossas vidas, mas não conseguimos sozinhas, pois precisamos daquela ajuda que não tivemos antes de vir parar aqui. No entanto, ninguém nos ouve, ninguém nos vê. Só querem nos apontar e nos punir. Os nossos erros não absolverão vocês de nada. Vocês não sabem de nossas histórias, não sabem o que nos levou a errar. Nossa imagem ruim foram vocês mesmos que fizeram. Nós não somos assim. E, quando precisamos de alguém, nos viram as costas. As pessoas não se preocupam com o que sentimos. Para elas, não fazemos mais parte de sua sociedade. Infelizmente, somos apenas algumas no meio de muitas outras que tiveram seus direitos negligenciados, mas vamos dar conta... vamos atrás! Você me ajuda? (COLETIVO DE MENINAS DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA, 2016).

ANEXO II

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SISTEMA

SOCIOEDUCATIVO

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
			Data 06 05 2016	Horário Início 15h	Sessão/Reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA – Situação dos Adolescentes – Sistema Socioeducativo

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Prof. Adilson. (Palmas.)

Quero convidar a Sra. Ravena do Carmo Silva para fazer uso da palavra; depois, o grupo Coletivo da Cidade.

SRA. RAVENA DO CARMO SILVA – Boa tarde. Eu me chamo Ravena. Sou ex-interna do Cajé; atualmente sou estudante da Universidade de Brasília. (Palmas.) Eu queria até que nem batessem palmas, porque o fato de eu estar dentro de uma universidade, hoje, não deveria ser uma exceção, tinha que ser uma regra. Tinha que estar na casa das regras para esses adolescentes que saem da medida.

Eu estou aqui para representar as medidas socioeducativas. Eu passei por todas elas – todas, até a internação de três anos. E também estou aqui para representar o que a educação pode significar dentro de uma unidade de internação.

Eu já quero dizer que a medida socioeducativa, em si, não me ajudou a sair da criminalidade. O que me ajudou foi a educação que eu tive lá, a escola, em si. (Palmas.)

Outra coisa: eu quero também falar que a escola dentro da unidade de internação não tem que ser vista como benefício para o interno. Esse deslocamento de módulo e escola não é benefício, é direito. Escola é escola em qualquer lugar, independente se é no meio aberto ou se é no meio fechado.

Após eu cumprir a minha medida, saí, enfim. Eu voltei às unidades de internação; voltei do outro lado da moeda, com uma outra visão, voltei como professora.

Eu fiquei muito triste ao ver que a realidade que eu vivi no Cajé retrocedeu nas unidades – eu falo da educação, neste primeiro momento –, porque os adolescentes ficarem um mês, dois meses, sem ir para a escola é inadmissível.

A escola é o principal caminho de mudança. Se ela não é executada, se ela não é operada, o que a gente pode esperar? Fracasso. E falando em fracasso, 99%, ou quase 100% dos adolescentes que estão nas unidades de internação têm histórico de fracasso escolar. Isso é comprovado, têm pesquisas.

A gente chega lá, naquele ambiente físico – eu falo e os professores que estão dentro das unidades também –, onde é preciso se fazer o mínimo para que esse adolescente se sinta gente. Ele tem medo, ele olha com exclusão. Isso está errado, gente! Um professor pode ser

um herói que salva sonhos, e os professores dentro da unidade de internação olham para a gente – porque eu passei por isso – com medo! E eu fui professora lá dentro.

A realidade muda, porque um professor sabe como levar a sua turma; um professor sabe o seu papel. Dentro de uma unidade de internação, é desafiador cinquenta vezes mais.

Até hoje eu tenho pesadelos. Eu tenho traumas daquele lugar. Eu falei aqui de uma realidade bonita, que me ajudou a sair do crime, mas tem a parte ruim, tem a parte da violência. A minha mãe entrava no pátio chorando, por causa das revistas, pelo que ela ouvia na hora que ela estava entrando. Quantas vezes eu fui drogada lá dentro? O que adianta tirar o cigarro da unidade de internação e colocar um monte de drogas para acalmar? Não adianta nada.

Tem-se investido pouco na educação. Eu falo isso porque a escola tem que ter autonomia para atuar. A escola sabe como atuar. E cadê? Não tem! Só pelo fato de não ter esse acesso escola e módulo, gente, espera! O que está acontecendo?

Vygotsky, um dos maiores pesquisadores do desenvolvimento humano, fala que o meio tem influência no desenvolvimento do ser humano. E o meio da unidade de internação está favorecendo o desenvolvimento positivo? Ele vai favorecer um desenvolvimento que vai trazer retornos? Ele vai ressocializar, como as meninas falaram, de fato? Não vai! Não vai! Não vai, porque começa na DCA esse processo. Eu sei que é uma realidade pouco conhecida pela maioria aqui, mas começa ali. Isso vai desencadeando uma série de acontecimentos.

O adolescente está chamado ao desafio, tanto é que as meninas fizeram uma pesquisa, elas aprenderam como fazer uma pesquisa. Usaram como ferramenta de pesquisa questionário. Elas estudaram o Sinase, elas levantaram dados – eu gostaria que depois vocês olhassem – relatando tudo que acontece nas unidades de internação. Foram fala delas. Eu peço um carinho, um olhar atencioso à escola dentro das unidades de internação, inclusive, até à seleção de professores. Acho que uma bonificação a mais no final do mês não resolve, não. Um professor, para estar ali dentro, tem que saber o que vai fazer e o que vai enfrentar. A gente tem que ser bem criterioso nessa parte.

Como eu posso dizer? Lá dentro ela não pode ser menina e não pode ser menino, porque ela não pode de maneira nenhuma... A sexualidade. Vamos lá. São tratadas, e eu era também, mas na minha época eu mudei, tanto é que, quando cheguei e vi as meninas de batom, eu fiquei muito feliz porque foi uma coisa que a gente lutou para ter lá dentro. Porque menina é menina. Não estou tratando diferente os meninos, mas a menina que é menina não pode ser menina lá dentro. Não pode ter o cabelo muito grande, não pode ter isso e aquilo. Agora, se ela opta por não ser menina, ela não pode. E nós estamos mexendo com adolescentes em desenvolvimento. Nós, como a parte social, temos grande influência nisso. Não é isto: medida socioeducativa? Cadê o sócio? Cadê a educativa?

Eu quero deixar claro aqui o meu pedido para fazer meu TCC lá dentro. Quero seguir linha de pesquisa nessa área, quero muito poder contribuir de alguma forma porque, por mais que tenha acontecido, por tantas coisas ruins que vêm acontecendo e que sei que ainda vão acontecer, eu tenho uma dívida com a educação naquele lugar. Então quero me dispor e pedir, mais uma vez, para a Secretaria de Educação que olhe com mais cautela. Para a Secretaria de Segurança Pública, também, porque é uma rivalidade enorme entre a segurança e a escola, pois muitas vezes a escola não pode desenvolver os projetos porque não tem segurança, falta TRS, falta isso, falta aquilo.

Vamos entrar em um consenso para o bem maior para que, no futuro, outros como eu que passaram por lá tenham a possibilidade de estar dentro de universidades ocupando cargos e de fato ressocializados. O que vem acontecendo não é isso.

Eu agradeço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Ravena.

Antes de chamar o grupo da cidade, eu quero chamar a jovem em medida socioeducativa para falar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA– Boa tarde.

Eu represento a unidade de internação de Santa Maria, que chamam de sistema socioeducativo. Mas será que é socioeducativo mesmo? Poderia ser se nós tivéssemos pelo menos a metade dos nossos direitos realizados.

Primeiramente, os matos que temos ao redor da unidade. Nós convivemos como animais porque, para mim, quem vive no meio do mato é bicho. Também a água, que sempre sai marrom, nós somos obrigados a beber porque, se não bebermos, passamos sede.

Nós poderíamos ter alguns estágios quando fôssemos liberadas, porque muitos internos, quando passam pelo sistema e são liberados, têm que lutar, correr atrás, e sempre caem na criminalidade de novo porque não têm uma oportunidade de mudança.

Nossos familiares também passam muitas humilhações na hora da revista. Isso é verdade.

À noite nós somos obrigados a conviver com insetos. Nós acordamos e está cheio de insetos no quarto. Eu acho isso um preconceito muito grande conosco.

Mas também tem coisas boas lá, como o projeto do livro, graças ao Sr. Abdala. Se não fosse ele, nós não teríamos nada naquela unidade, se não fosse a boa vontade dele para nos tirar e nos levar lá, para buscar alguns livros para nós lermos. Então eu tenho muito a agradecer a ele. Sem ele na unidade, nós não teríamos nada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde. Eu fiz umas perguntas junto com a Márcia e eu obtive a resposta. Ela me pediu para eu escrever um artigo, o qual vou ler agora.

Sou uma adolescente em conflito com a lei, com muitos sonhos e planos. Quando fiz as seguintes perguntas: por que você acha que estou aqui? Como você me imagina? Se me imagina uma negra, por que me imaginou assim? Você acredita no meu potencial? Você acha que sou capaz de mudar a minha relação com a sociedade? Não imaginei que haveria tantas respostas.

É horrível saber que em pleno século XXI ainda vivemos numa sociedade hipócrita e preconceituosa.

Eu não estou aqui porque quero, ninguém fica preso porque quer. Já passou pela sua cabeça que poderia ser alguém próximo a você aqui no meu lugar?

Quando nós estávamos em esquinas vendendo drogas, ou íamos fazer algum assalto, sabíamos dos riscos em que nós estávamos nos metendo. Viemos de uma família composta apenas por uma mãe e irmãos. Se me visse, não me imaginaria má e feia. Sou branca, tenho cabelo e olhos claros. Venho da periferia, de família humilde. Não faltam oportunidades só para os negros. Eu sou branca, e não tive oportunidades. E a sociedade está equivocada. Apenas uma entre nós tem filho. A imagem ruim quem constrói não somos nós. É a sociedade e a mídia. Você já parou para pensar que com fome você não aprende? O crime foi o refúgio que nós encontramos para ter pelo menos uma refeição por dia. Um fato relevante e ruim: uma parte de nós já foi abusada sexualmente.

Apontar os nossos erros e nos julgar é muito fácil. Mas, antes de cairmos aqui, passamos por todo um processo físico e psicológico. É fácil me taxar como uma peba, sem educação, vagabunda, quando você é filho de pai e mãe que têm mais condições do que a minha família. A sociedade em que vivemos hoje é egoísta e defeituosa. É egoísta, pois só pensa em si mesma, e defeituosa, porque não admite seu egoísmo.

Por que eu não posso ser respeitada? Eu sou um ser humano como você! E quem pensa que não sou digna de respeito merece o meu “obrigada” por, mais uma vez, mostrar sua falta de inteligência, a sua insensibilidade e a sua total incompetência. Não sou como você que se esconde atrás de um sentimento maldoso. Eu tive coragem e fiz acontecer. Estou pagando pelo que fiz de errado. Não tenho vergonha de falar que sou uma interna ou uma detenta. Não me envergonho do meu passado, pois é ele que constrói o meu presente e construirá o meu futuro. E foi o meu passado cheio de erros que me ensinou a acertar e a fazer as escolhas certas.

ANEXO III

Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal



5 Ações e Atividades socioeducativas

5.1 Eixos norteadores

Os parâmetros da ação socioeducativa foram organizados pelos seguintes eixos norteadores: Acompanhamento ao adolescente, família e comunidade; Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; Educação, Esporte, Cultura e Lazer; Saúde, Profissionalização e Trabalho; e Segurança. Estes diferentes eixos são importantes e complementares no atendimento ao adolescente.

A seguir, os referidos eixos serão apresentados, eles foram construídos a partir das discussões nos grupos, por servidores, adolescentes e suas famílias. Cabe explicitar que após os debates, essa comunidade socioeducativa levantou os avanços que ocorreram nos últimos anos na aplicação da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, apontou suas fragilidades e deu sugestões para sua melhoria.

5.1.1. Acompanhamento ao adolescente, família e comunidade

Nos últimos anos, as unidades de internação têm avançado em relação à qualificação do acompanhamento ao adolescente, família e comunidade.



- (i) Em relação ao acompanhamento à família dos adolescentes
- Periodicidade das visitas domiciliares;
 - Atividades que promovem a participação da família na dinâmica institucional;
 - Estabelecimento de vínculo positivo com o adolescente;
 - Visitas domiciliares, que possibilitam maior integração com as famílias e aproximação da realidade do adolescente;
 - Contribuição para inclusão social das famílias;
 - Promoção cultural: eventos realizados nas Unidades que reforçam os laços familiares e comunitários;
 - Diálogo franco com as famílias, sobretudo às mães, sobre orientação sexual;
 - Participação da família na formação dos jovens;
 - Organização e execução de projetos, como por exemplo, o Projeto Espaço Conquista;
 - Momentos de orientação com os socioeducandos e famílias, promovendo maior responsabilização destas para com o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa;
 - Abordagem realizada no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e Unidade de Atendimento Inicial (UAI), com acolhimento multifamiliar diário e a presença de outras políticas públicas, com o objetivo de orientar as famílias acerca das rede de garantia de direitos.
- (ii) Em relação à articulação da rede de atendimento
- Parceria das Secretarias de Estado do Trabalho, de Educação e de Saúde, atuando dentro das Unidades;
 - Aproximação da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo junto às unidades;
 - Estabelecimento de parcerias públicas / privadas;
 - Participação da comunidade na formação dos jovens.



(iii) Em relação ao acompanhamento aos adolescentes

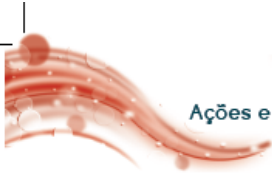
- Regularização dos documentos pessoais dos jovens;
- Judiciário mais acessível aos jovens;
- Melhor organização da rotina;
- Responsabilidade de servidores quanto ao trabalho desenvolvido;
- Bom relacionamento entre o especialista de referência e adolescentes;
- O tratamento dado pelos servidores aos adolescentes e famílias é bom;
- Realização sistemática de estudo de caso dos socioeducandos;
- Realização de acompanhamento psicossocial;
- Esforço e comprometimento dos professores e instrutores das oficinas;
- Mudança positiva no comportamento dos socioeducandos;
- Elaboração de proposta de implantação de programa de acompanhamento ao Egresso;
- Abordagem realizada no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e Unidade de Atendimento Inicial (UAI) com orientações, atendimento individualizado, elaboração de estudo preliminar;

Essas ações têm se mostrado eficazes e vêm contribuindo para que haja maior comprometimento por parte dos socioeducadores, socioeducandos e de suas famílias com a medida, bem como maior participação e compromisso da família, corresponsabilizando no processo socioeducativo.

Entretanto, muitas dificuldades ainda se fazem presentes ao buscar o atendimento de qualidade, são elas:

- Falta de padronização de procedimentos entre as Unidades;
- Falta de estrutura física adequada e de materiais;
- Articulação insuficiente da rede externa;
- Dificuldade de comunicação intersetorial nas Unidades;
- Baixa participação da comunidade;





Ações e Atividades Socioeducativas

- Falta de espaço adequado para receber voluntários que desenvolvem diversas atividades na Unidade;
- Insuficiência de projetos sociais que possibilitem um vínculo positivo do adolescente com a sua comunidade;
- Insegurança e medo por parte de alguns adolescentes para com outros adolescentes;
- Atraso no envio de relatórios avaliativos, prejudicando os adolescentes;
- Violência urbana que entra para o espaço das unidades, o contexto das guerras entre gangues;
- A Unidade tem dificuldade de lidar com as rixas dos adolescentes;
- Falta de um programa de acompanhamento de egressos;
- Dificuldade por parte dos pais em entrar em contato com os especialistas;
- Muitos pais têm vergonha de compartilhar a situação de seus filhos com suas chefias, famílias e/ou com a comunidade que eles estão inseridos;
- Falta participação mais efetiva da família (responsabilização);
- Dificuldade de comparecimento à Unidade nos dias de semana pelos pais que trabalham e pelos que possuem poucos recursos financeiros, como por exemplo, falta de dinheiro para pagar transporte para o deslocamento da residência à Unidade;
- Formação insuficiente para a família sobre orientação sexual e melhoria do diálogo com os adolescentes;
- Pouca compreensão do processo judicial por parte da família;
- Dificuldade da família no acesso às informações;
- Pouca compreensão por parte da família das funções dos especialistas (Assistentes Sociais, Pedagogos e Psicólogos);
- Não há programação de atividades no período da visita familiar;
- Falta de programação de atividades para os adolescentes que não recebem visita dos pais;
- A medida de internação gerando mudança negativa no comportamento do adolescente;



- Convocação da família prioritariamente ou somente em caso de comportamento negativo do socioeducando.

Ao levantar as dificuldades encontradas, propostas para garantir um melhor acompanhamento ao adolescente, família e comunidade na unidade de internação foram apresentadas. Elas centraram em três categorias, atendimento, metodologia e políticas públicas:

(i) Melhoria do atendimento aos pais e adolescentes por parte dos servidores

- Capacitação de profissionais para mediação de conflitos;
- Treinamento para os servidores para saberem lidar com as dificuldades dos adolescentes e com os pais;
- Orientação aos servidores quanto à importância de tratar os adolescentes e familiares com respeito;
- Qualificação para trabalhar com o público (socioeducandos);
- Agilizar os procedimentos de revistas dos familiares nos dias de visita;
- Especialistas e ATRS manter maior proximidade com os jovens dentro dos módulos.

(ii) Aperfeiçoamento de metodologia e procedimentos de atendimento

- Uniformização de procedimentos, práticas e atividades entre todas as Unidades;
- Inclusão dos familiares, socioeducandos e da comunidade na construção dos planos de ação da Unidade;
- Garantir espaços para os diversos profissionais na equipe multidisciplinar;
- Definição dos papéis dos diversos profissionais na equipe multidisciplinar;
- Implementar grupos de pais aos finais de semana;
- Aumentar o número de atividades para que os adolescentes permaneçam menos tempo nos módulos;
- Melhorar o acompanhamento às famílias;

Ações e Atividades Socioeducativas



- Realização de campanhas para desmistificar o preconceito/a visão que a sociedade possui do adolescente infrator;
- Articulação com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas de assistência ao adolescente;
- Articulação com órgãos governamentais e não governamentais, visando à garantia de direitos dos socioeducandos;
- Coparticipação dos diversos atores envolvidos na medida socioeducativa;
- Realização de concurso público;
- Proporcionar formação continuada dos servidores;
- Supervisão técnica.

ANEXO III**Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF**

**SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE**

SUBSECRETARIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



Fonte: portinari.org.br

**I PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
DO DISTRITO FEDERAL – PDASE**

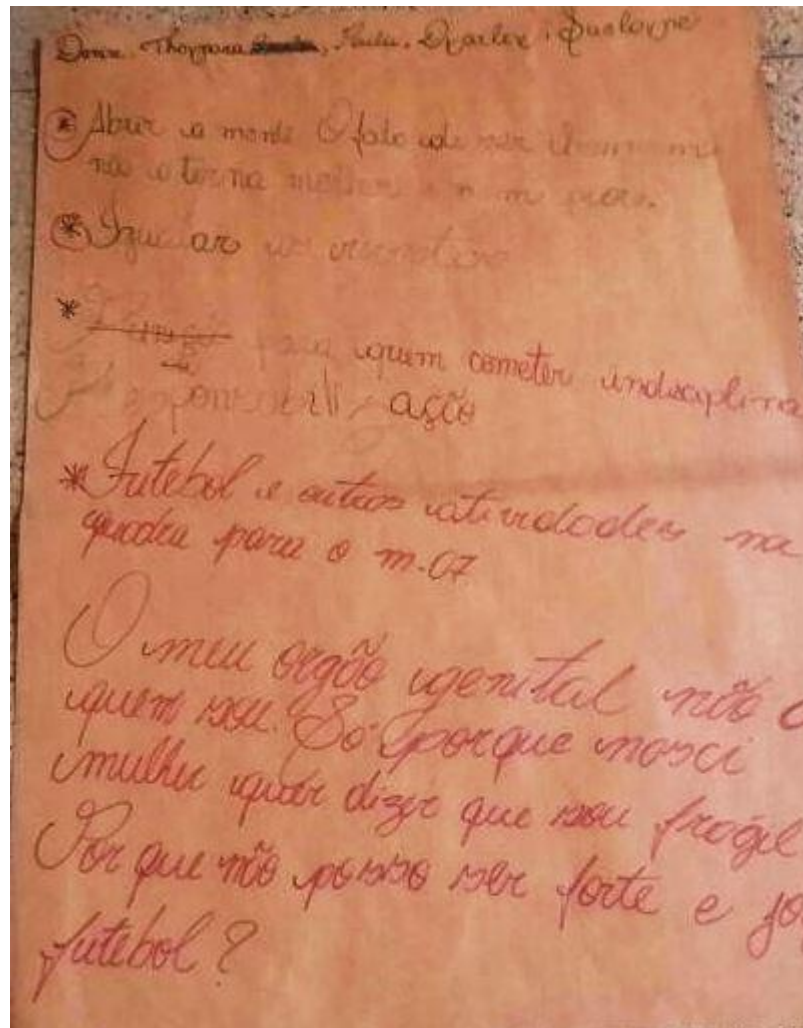
Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (PDASE) elaborado pela Equipe de Sistematização de Informações, Redação, e Revisão, instituída pela Portaria 163 de 14 de agosto de 2015 e pela Comissão Intersetorial para Discussão, Acompanhamento e Proposição do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, instituída pelo Decreto 35.697 de 1º de agosto de 2015.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PARÂMETROS LEGAIS: NOVOS MARCOS PARA A INFÂNCIA E PARA ADOLESCÊNCIA.....	27
1.2 PARÂMETROS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	31
1.3 PARÂMETROS PEDAGÓGICOS DA (SÓCIO)EDUCAÇÃO DA PRISIONALIZAÇÃO DO SISTEMA AO EDUCANDÁRIO	38
2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	45
3 HISTÓRICO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO DISTRITO FEDERAL.....	50
4 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL.....	62
4.1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO	62
4.2 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SEMILIBERDADE	67
4.3 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM INTERNAÇÃO.....	72
4.4 DA ESCOLARIZAÇÃO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	93
5 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL	95
5.1 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO	95
5.2 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SEMILIBERDADE	115
5.3 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM INTERNAÇÃO.....	126
6 DESAFIOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL.....	139
7 EIXOS OPERATIVOS.....	147
8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES.....	165
8.1 SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO	170
9 ORÇAMENTO	172
10 RECOMENDAÇÕES PARA O PROJETO PEDAGÓGICO	177
REFERÊNCIAS	178

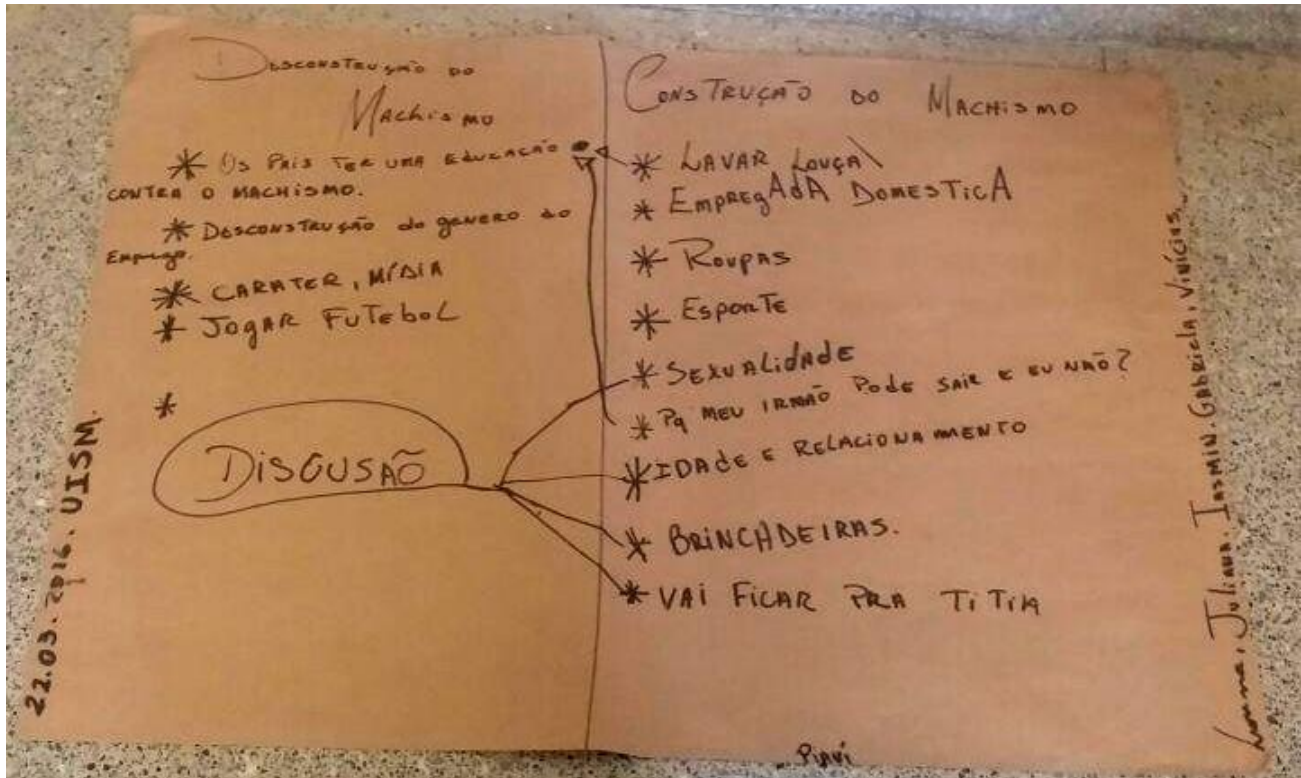
ANEXO IV

Cartaz feito pelas internas da UISM em uma oficina do Projeto Onda



ANEXO V

Cartaz feito pelas internas da UISM em uma oficina do Projeto Onda



8 APÊNDICE

APÊNDICE I

Questionário aplicado a Macia Aciolli, Coordenadora do Projeto Onda do INESC.

Questionário:

1. *Existe algum tipo de acompanhamento com as meninas que já saíram da unidade? Se sim, como funciona?*

Existe, mas não é sistemático. Nós não temos um trabalho e nem uma estrutura específica para isso. O que fazemos é mantê-las no grupo que escreve a Descolad@s e convidamos todas para participarem das atividades integradoras do projeto (as que reúnem todas as escolas).

2. *Como se dá a articulação entre vocês e as secretárias de governo? Qual aspecto do projeto é tratado nessa interação? Como funciona a parceria entre as entidades?*

Tentamos aprovar termos de parceria em que o nosso trabalho tenha condições para se desenvolver. A parceria formal é muito difícil de se conseguir pois passamos por inúmeras instâncias burocráticas que nunca se resolvem. Em termos práticos encontramos parceria muito qualificada com pessoas da Política Pública, tanto da Secretaria de Educação quanto da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Sempre há momentos de tensão quando nossa atuação suscita divergência com a atual política, mas tentamos resolver no trato profissional. Os pontos dos termos de parceria são os objetivos da ação, as atividades e o cronograma.

3. *Quais as principais dificuldades encontradas com relação a articulação com o governo?*

Nosso trabalho provoca o desenvolvimento de uma leitura crítica do mundo tendo como referência os parâmetros dos direitos humanos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e diversos marcos legais referentes aos públicos específicos. Assim, no caso das MSE, ocorre uma crítica ao sistema. Esta construção se dá ao longo do processo de formação e, é muito comum, recebermos resistência das direções perante as novas exigências e posturas das internas. Tentamos resolver isso em Audiências Públicas, momento de diálogos com as instituições responsáveis.

4. *O que impede o Inesc de fazer um trabalho melhor nas Unidades de Internação?*

- Deveríamos ter mais tempo de trabalho com as adolescentes e uma parceria melhor estabelecida para que nossos diálogos e formações alcancem outros segmentos das unidades.
- A Unidade de Internação de Santa Maria ainda é uma instituição ainda é muito mais prisional do que socioeducativa. A lógica prisional conflitua com a lógica educativa, o que ocasiona ruídos.
 - Outro problema a considerar é a demanda para universalizar nosso trabalho e chegar a outras unidades. Mesmo com os problemas entre a metodologia do Inesc e a Política Pública há demanda para que o trabalho alcance mais adolescentes e famílias.

5. *Como vem sendo o resultado do projeto na Unidade, quais as mudanças percebidas e quais pessoas além das meninas tiveram acesso ao impacto do projeto?*

De alguma maneira o trabalho impacta todos os segmentos. Algumas profissionais especialistas nos acompanham conhecendo outras formas de abordar as adolescentes. A equipe da Secretaria de Educação que nos acompanha registra tudo, afirmando desejarem que nossa metodologia seja incorporada à política de educação.

APÊNDICE II

Entrevista aplicado a Macia Aciolli, Coordenadora do Projeto Onda do INESC.

1. Existe análise quantitativa do Projeto Onda?

Não, pois o projeto ainda é muito recente.

2. Quais os retornos qualitativos do projeto?

Com relação às meninas internas, houve uma melhora da relação entre elas e apropriação de debate sobre direito e direitos humanos. Elas se colocaram no cenário de direito, e não apenas como infratoras. Também reconheceram que a ausência de direitos fora da instituição foi outra causa para o cometimento dos atos infracionais. Foco no interesse das atividades e capacidade de suportar aquele ambiente pelo aumento das atividades da unidade. Há um entusiasmo muito grande dos funcionários da unidade com relação ao projeto.

3. O que motivou o projeto Onda a trabalhar com esse público, qual foi o contexto?

Os direitos desses adolescentes internados são violados e o fato de estarem cumprindo medidas socioeducativas os torna “invisíveis” para a sociedade, que não tem empatia com o jovem privado de liberdade.

4. Porque meninas como público-alvo?

A escolha do público-alvo foi discutida com as parcerias, secretaria, secretaria da educação e a direção da unidade. Esse foi o conjunto que elegeu o grupo de meninas como prioridade.

5. Porque a necessidade da parceria com essas secretarias?

Para nós é muito mais seguro trabalhar com os acordos celebrados com as secretarias, porque deixa o trabalho mais legitimado e, além de divulgá-lo no âmbito da secretaria, publicam nossas ações como atividades que chegam aos adolescentes. No entanto, a burocracia para fechar essas parcerias é tão grande que a nossa proposta de parceria em 2015 e ainda foi assinada. Apesar disso, em uma audiência pública o secretário da educação falou que o nosso projeto deveria virar uma política pública universal. Uma declaração assim numa audiência pública tem um peso institucional importante para nós. No entanto, a formalização dessa parceria não aconteceu ainda, o que nos surpreende porque o nosso pedido de parceria não requer nenhum esforço das secretarias com relação a logística, e ainda temos uma metodologia reconhecida que dá certo e contribui para a melhoria dos diversos ambientes escolares. O que nos estranha é a burocracia falar tão alto que nos impede de formalizar a parceria.

É importante para aqueles que nos financiam saber que essa atividade está assegurada pela secretaria de educação. Isso dá mais segurança para os diálogos com as escolas, pois muitas agem como se estivessemos pedindo algo, quando na verdade estamos oferecendo. Se há um acolhimento da instituição, o projeto dá muito mais certo.

6. Houve dificuldade para adentrar na unidade sem a parceria formal?

Foi preciso muito dialogo. Com a Secriança havia um desconforto muito grande por parte deles, parecia que éramos uma ameaça. Tivemos cerca de 15 reuniões e ainda assim não conseguimos. Porém, tivemos um bom acolhimento pela secretaria da educação, que abraçou o projeto com âmbito educativo sem a necessidade da aprovação da secretaria da criança.

7. Ha algum tipo de discordância entre vocês e a UISM?

Não, sempre fazemos avaliação do projeto periodicamente. No entanto, há uma certa dissonância entre o nosso pensamento e o deles. Em vários momentos tivemos que parar e conversar, pois às vezes percebemos algo de m jeito e eles de outro.

Relativamente à Secriança houve uma melhora na relação, pelo reconhecimento do trabalho.

Também tivemos uma surpresa positiva com relação a juíza que emite a sentença. Ela autorizou 100% dos nossos pedidos e ainda citou o projeto Onda em uma reunião como um projeto exemplar. Isso foi muito bom, pois muitas de nossas ações estão fora do *script* da instituição. Por exemplo, um dia saímos para fotografar com as adolescentes ali presentes e elas ficaram completamente encantada e felizes pelo contato com o ambiente aberto, e isso só acontece porque a gente ousa, pois, o sistema é muito mais prisional do que educacional. Estamos ali levando esse toque de educação o tempo inteiro.

8. Quais as perspectivas do projeto para o futuro?

Temos ainda mais dois projetos que vão atuar em medidas socioeducativas, e também fomos convidados informalmente para contribuir para o projeto político pedagógico da unidade, mas o mais importante não é o projeto, e sim nossas contribuições para que o sistema se reveja. O que nos preocupa é que o projeto seja apenas mais uma coisa pontual, que se inicie em um momento e morra logo em seguida. É importante para nós dar uma contribuição para a política pública. Podemos dar uma noção para que eles possam fazer diferente, e isso subentende-se em mudar a qualidade do trabalho, do ensino, do atendimento, mudar a qualidade da própria medida.

9. Houve mais audiências públicas provocadas pelo Inesc?

Realizamos apenas uma audiência pública formal, mas inúmeras outras informais com a presença dos gestores, inclusive levando as meninas para que pudessem se posicionar e desenvolver seu protagonismo. Isso aconteceu dentro da unidade. O gestor faz as anotações e tem sinalizado que vai ser diferente. Estamos esperando o retorno do secretário do adolescente e da juventude.

Se não há uma proteção do adolescente, quando elas saírem da unidade de internação, vão praticar de novo o ato infracional. Vai acontecer. É seguro e certo. A gente não quer que esse padrão se perpetue, elas querem mudar, mas não conseguem isso sozinhas, tem que ter ajuda, no sentido de articular com elas as possibilidades de arranjar um trabalho, um lugar para morar. Se não, estamos enxugando gelo. Temos de realizar um trabalho pesadíssimo de formação, com periodicidade rigorosa, verificar os possíveis avanços e desenvolver um maior compromisso com a política da criança e do adolescente. Ressocializar não é trancar o indivíduo em uma cela. Isso não educa.

Deseduca e ainda alimenta a agressividade. É necessário ver isso com muita urgência.

O plano da educação tem que superar o da segurança, pois ele contribui para a segurança, na medida em que, se temos pessoas mais tranquilas, mais conscientes e mais felizes (ou menos infelizes), o plano da segurança irá acontecer com mais tranquilidade.

10. Como se dão os processos decisórios?

O inesc age de maneira mais horizontal possível. Oferece autonomia para desenvolver em grupo, todo o processo é compartilhado, as críticas são colocadas em um fórum, onde a gente recebe e elabora o projeto em uma perspectiva de melhorar sempre.

A localidade prisional tem uma hierarquia muito bem determinada, e um conjunto profissional que tende a obedecer essa hierarquia sem nenhuma discussão, profissionais mais maleáveis. Temos que ter delicadeza, jogo de cintura e capacidade de diálogo. *Quando essa capacidade diminui, a gente não quer fazer a instituição eles têm a rotina e nós temos que ser respeitoso com essa rotina, embora seja difícil para nós*

11. Quão informadas as secretarias estão sobre o projeto?

Normalmente, a gente escreve relatórios e entregamos para eles. Temos reuniões em que colocamos com periodicidade tudo na mesa. Exemplo. As meninas escreveram “a minha felicidade te incomoda”, eles consideraram uma afronta e tiraram o cartaz. Ficamos contentes com a perspectiva de que elas estão se fortalecendo. A gente não tem autoridade nem presença para impor as coisas.

Todos os integrantes das secretarias são chamados, além dos chefes de segurança.

Nós temos um trabalho estruturado, mas tem muitas ONGs que fazem duas oficinas e vão embora. Não pode entrar todo mundo. Tem que ter projetos que fazem sentido, e não realizar um Curso de informática de duas aulas e depois ir embora. Para pensar em oficina é necessário pensar em política pública, qual é a política pública de formação profissional que essas meninas vão ter acesso? Formação em que? Parar de pensar no mundo sexista institucional abre chances de uma vida completamente diferente. É preciso olhar com cuidado e pensar em universalizar os direitos. Por mim a gente trabalharia com meninos e meninas juntos, pois o mundo é menino e menina junto. Essa separação é danosa, ela é necessária em alguma dimensão para dormir. Mas na convivência cotidiana eles deveriam estar juntos.

12. Vocês pensam em expandir o trabalho para os meninos?

É difícil, pois nossa equipe é muito pequena para expandir o trabalho.

APÊNDICE III

Entrevista aplicado a Tatiana Soares, Coordenadora de Internação da Subsecretaria de Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

- 1. Qual o interesse da secretária em estabelecer parcerias com as ONGs, o que isso auxilia o estabelecimento dos seus objetivos?*

O interesse da Secretaria em estabelecer essas parcerias é gigantesco, pois queremos implantar as melhores formas socioeducativas para ressocialização desses jovens.

- 2. Porque a oficialização da parceria com o Inesc ainda não foi efetivada se o interesse é tão grande com relação a essas parcerias?*

Devido às mudanças de gestão algumas demandas não são informadas. O interesse em estabelecer essas parcerias é muito grande. (Nesse momento a entrevistada me pediu para enviar para ela a proposta de parceria da ONG, que ela daria a maior celeridade possível.)

- 3. Porque há tanta dificuldade na efetivação das medidas propostas no Sinase?*

A entrevistada relatou que devida à carência de agentes de ressocialização social, muitas das medidas socioeducativas ficam impossibilitadas de ser feitas, pois é necessário 1 agente para a escolta de cada três internas, e muitas vezes esses agentes se ausentam para acompanhar os adolescentes nos fóruns, deixando assim um número ainda menor para o acompanhamento das atividades na unidade, impossibilitando-as de serem elaboradas.

- 4. E porque não é pensada uma alternativa para substituir essa carência?*

É necessário um corpo de funcionários criativos para isso.

- 5. Há algum esforço da Secretaria em lutar contra a presença do pensamento da doutrina da situação irregular?*

Há o curso de formação para todos os servidores que trabalham com esse público.

- 6. Com relação às exigências feitas pelos jovens na audiência pública, o que vocês irão fazer para atender as reclamações?*

Medidas já foram tomadas com relação às condições da água. O especialista já foi contratado para a solução desse problema. O grande problema com relação à estrutura é que já foi entregue pela empresa com vários problemas, os quais estamos tentando solucionar.

APÊNDICE IV

Entrevista aplicada a Aurélio Araújo, Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude.

1. Durante a audiência públicas, as internas trouxeram algumas demandas, como ausência de aulas, tratamentos vexatórios aos pais durante as visitas, falta de material de higiene, falta de medicamentos, além não lhe serem proporcionado às internas ligações telefônica, em tempo razoável, destinadas a seus pais. Considerando que esses direitos, objeto de reclamação, são assegurados pelo plurianual, quais as providências tomadas por essa Secretaria?

Todas as aulas, no momento, já voltaram a normalidade. As aulas estão suspensas, principalmente, por conta da greve dos servidores. Também foram remanejados alguns servidores temporários para que pudessem ficar em horário de expediente, cuidando da escola e esse foi o maior desafio que a gente teve. Retomaram as oficinas, as visitas, as entradas de alimentos e com o esforço da gestão, hoje conseguimos cumprir o plano plurianual nesse sentido. A dificuldade que nós tínhamos era o esbarramento pós greve para a execução dessas atividades. E também de uma pactuação dessas unidades com a priorização das aulas. A gente chegou a ter um período muito crítico, mas o concurso já está em andamento. Já fizemos a solicitação para a contratação de mais agentes temporários e há a possibilidade de execução de horas extras. Todas as medidas para amenizar esse déficit de aulas foram tomadas e, hoje, as internas estão tendo aulas. Aqui na secretaria a gente não foge de uma realidade de escassez e de crise. E nesse cenário, estamos buscando solucionar através de diálogos com os servidores e com a gestão com relação a educação.

2. Com relação ao tratamento dado aos pais, aos internos (obs. 3 min de ligação reduzido a 1 minuto.) Quais foram as medidas para sanar essa demanda.

A gente mudou toda a gestão da unidade, todo mundo que foi responsável por este tipo de atitude foi substituído. E esses problemas já foram resolvidos, se você for, hoje, em Santa Maria existe uma nova equipe trabalhando. A gente trocou toda a equipe, pois ali era uma dificuldade que estávamos tendo com os gestores mesmo que foi feito sem a nossa autorização. Outra luta que tivemos foi contra a cartilha feita pelo sindicato dos ATRS, que hoje estão respondendo no ministério público por esta atitude que vai completamente contra ao ECA, e que extrapolava o papel do sindicato. Ampliar as atividades, e as oportunidades para os jovens,

3. Com relação as atividades oferecidas por ONG´s para trabalharem com as internas, quem tem a iniciativa de promover essa parceria? O Estado ou as ONG´s?

As duas formas acontecem. Abrimos, agora, vaga para os socioeducandos participarem de cursos no sistema "S". A política pública socioeducativa tem um conceito chamado incompletude institucional e faz parte do princípio que nenhum órgão é capaz de executar sozinho uma política pública, pois demandam uma série de saberes que não temos todos, uma multidisciplinariedade, pois o Estado não é

capaz de exercer todas as atividades necessárias, pelas limitações que vivemos hoje diante dessa crise. Ter essas instituições que nos procuram hoje é fundamental para desenvolver atividades diferentes para os jovens.

É importante lembrar que o sistema está arraigado em uma cultura de 40 anos, que não estão relacionadas com a garantia de direitos. A gente está criando instrumentos para garantir os direitos, o plano decenal é um exemplo. Que está dizendo que o espaço de socioeducação é um educandário, que tem que focar no espaço de oportunidades para aqueles jovens em uma nova perspectiva de futuro. Várias portarias que estamos emitindo orienta para que não foquem na segurança e sim na educação.

O Concurso de remanejamento de servidores que vai modular o número de vagas mínimas para cada unidade, para ter mais agentes em uma e menos em outra. Como fazer apesar da falta de servidor? Esse é o desafio. Criação de novo expediente, o servidor tem que trabalhar de segunda a sexta no horário de expediente ao invés do plantão, para que os adolescentes possam ter as atividades regulares. Estamos mudando a estrutura. Todo o ano vai ter remanejamento. Já estamos na fase final dos concursos. Toda vez que há uma dificuldade na Secretaria de Saúde ou em qualquer outra secretaria eu sinto vulnerabilidade do sistema. Nós somos impactados por todas as políticas, se tem greve na educação não tem aula, se a saúde não tem dinheiro para comprar remédio não tem remédio. Depende de vários atores ao mesmo tempo, eu sou impactado por tudo, uma série de elementos que impactam. O estado tem dificuldade de lidar com políticas públicas multisetoriais.